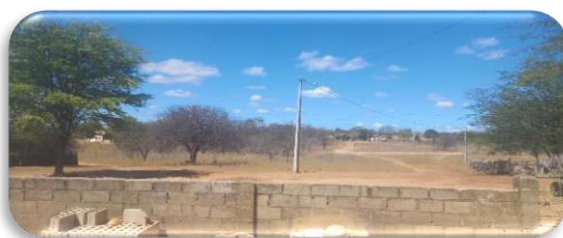




UFRPE
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E
TECNOLOGIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ALEXSANDRO ALVES DA SILVA



A COMUNIDADE DE FUNDO DE PASTO LAGOA DO GARROTE,
REMANSO-BAHIA: TERRA TRADICIONAL, RELAÇÕES DE TRABALHO E
SOCIABILIDADES



PETROLINA,

2024

ALEXSANDRO ALVES DA SILVA

**A COMUNIDADE DE FUNDO DE PASTO LAGOA DO GARROTE,
REMANSO-BAHIA: TERRA TRADICIONAL, RELAÇÕES DE TRABALHO E
SOCIABILIDADES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ayalla Oliveira Silva

PETROLINA,

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586c

Silva, Alexsandro Alves da Silva

A Comunidade de Fundo de Pasto Lagoa do Garrote, Remanso Bahia: Terra Tradicional, Relações de Trabalho e Sociabilidades / Alexsandro Alves da Silva Silva. - 2024.

55 f. : il.

Orientadora: Dra. Ayalla Oliveira .

Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, 2024.

1. Comunidade tradicional. 2. Fundo de pasto. 3. Lagoa do Garrote. 4. Associação. 5. Remanso. I. , Dra. Ayalla Oliveira, orient. II. Título

CDD 909

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

**A COMUNIDADE DE FUNDO DE PASTO LAGOA DO GARROTE,
REMANSO-BAHIA: TERRA TRADICIONAL, RELAÇÕES DE TRABALHO E
SOCIABILIDADES**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ALEXSANDRO ALVES DA SILVA

APROVADO EM 05/01/2024

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ayalla Oliveira Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
(Orientadora)

Profa. Dra. Marta Margarida Andrade Lima
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
(Examinadora Interna)

Profa. Dra. Ana Paula Batista da Silva Cruz
Hutchins Center for African and African American Research (Harvard
University)
(Examinadora externa)

Dedico este trabalho às famílias da minha comunidade, **Lagoa do Garrote**, espaço coletivo de laços solidários, saberes e resistência no qual cresci e vivi.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por minha vida, minha família, meus amigos e fé nos momentos difíceis, proporcionando-me perseverança para superar os desafios.

Expresso minha gratidão aos meus pais, cujo amor, incentivo e apoio incondicional foram a base essencial para meu crescimento. Agradeço também pela orientação e dedicação que sempre me proporcionaram, transmitindo valores ao longo de toda a minha vida.

Às famílias da comunidade Lagoa do Garrote pela colaboração valiosa na pesquisa e pelos preciosos ensinamentos compartilhados.

À UFRPE, sou grato pela oportunidade concedida de cursar a licenciatura em História, experiência que enriqueceu minha jornada acadêmica.

À Profa. Dra. Ayalla Oliveira Silva, meu profundo agradecimento pela orientação exemplar, apoio constante, confiança depositada em meu trabalho e pela calorosa receptividade. Sua disponibilidade, interesse e prestatividade foram fundamentais para aprimorar a minha pesquisa.

“Meu Chão”

*A saudade quando invade o coração
Nos transporta não somente para o interior da alma
Como também em qualquer parte do mundo
Nos faz lembrar o nosso chão
As lembranças são muitas
Do lugar que nasci
O chão que pisei
Tudo está na memória
Até a minha escola
E onde me batizei
A flor e o capim
O atalho deserto
Está dentro de mim
Ah! Meu Deus
Sou eu quem chora
Sabe Deus quando irei voltar
Pros meus pais
Pro meu lugar
Eu me lembro do vento
Quando assoviava
Os meus pensamentos
Com a roupa rasgada
Com a roupa molhada
Eu brincava com o tempo
Fui embora daqui
Com a minha família
Na garganta um nó...*

(Roberta Miranda)

RESUMO

As comunidades tradicionais são caracterizadas por modos de vida recíprocos, onde as pessoas interagem e compartilham seus costumes com objetivos comuns. A comunidade de fundo de pasto Lagoa do Garrote, situada no município de Remanso, Bahia, território *locus* da pesquisa, é uma espacialidade dinâmica de vivências mútuas, denominada comunidade tradicional de fundo de pasto. A partir do diálogo da oralidade com outras tipologias documentais, a pesquisa objetiva compreender a trajetória histórica da comunidade, assim como a experiência dessa comunidade com o processo de reconhecimento e regulamentação das terras tradicionalmente ocupadas pelos fundos de pasto, no Estado da Bahia. Especificamente: investigar a trajetória histórica da comunidade de fundo de pasto Lagoa do Garrote; analisar o processo do reconhecimento legal e da regulamentação territorial de fundo de pasto na realidade de Lagoa do Garrote e compreender as relações de trabalho, vizinhança, parentesco, enfim, as práticas de sociabilidades vivenciadas pela comunidade de Lagoa do Garrote. Metodologicamente, a pesquisa foi conduzida de maneira qualitativa. Assim, foram empregadas três abordagens de uso das fontes: observação, entrevistas e análise documental. Buscou-se analisar a formação e usos da terra tornada território tradicional de fundo de pasto sob a perspectiva conceitual de *costume*, a partir do diálogo com o livro *Costumes em Comum*, de Edward Thompson. O trabalho discute os aspectos geográficos e econômicos da região; as origens da comunidade Lagoa do Garrote, a partir dos relatos dos moradores. Destaca-se o fortalecimento do associativismo por meio da criação da Associação local, assim como a busca pelo reconhecimento oficial e a certificação de comunidade tradicional de fundo de pasto junto às instâncias estaduais competentes.

Palavras-chave: Comunidade tradicional. Fundo de pasto. Lagoa do Garrote. Associação. Remanso.

RESUMEN

Las comunidades tradicionales se caracterizan por estilos de vida recíprocos, donde las personas interactúan y comparten sus costumbres con objetivos comunes. La comunidad de pastizal de Lagoa do Garrote, ubicada en el municipio de Remanso, Bahía, lugar de la investigación, es una espacialidad dinámica de experiencias mutuas, denominada comunidad de pastizal tradicional. A partir del diálogo entre la oralidad y otras tipologías documentales, la investigación tiene como objetivo comprender la trayectoria histórica de la comunidad, así como la experiencia de esta comunidad con el proceso de reconocimiento y regulación de tierras tradicionalmente ocupadas por fondos de pastoreo, en el Estado de Bahía. Específicamente: investigar la trayectoria histórica de la comunidad de pastizal de Lagoa do Garrote; analizar el proceso de reconocimiento jurídico y regulación territorial de las tierras de pastoreo en la realidad de Lagoa do Garrote y comprender las relaciones de trabajo, vecindad, parentesco, en definitiva, las prácticas de sociabilidad vividas por la comunidad de Lagoa do Garrote. Metodológicamente la investigación se realizó de manera cualitativa. Así, se utilizaron tres enfoques para el uso de fuentes: observación, entrevistas y análisis de documentos. Se buscó analizar la formación y usos de la tierra que se convirtió en territorio de pastoreo tradicional desde la perspectiva conceptual de la costumbre, a partir del diálogo con el libro *Costumes em Comum*, de Edward Thompson. La obra analiza los aspectos geográficos y económicos de la región; los orígenes de la comunidad Lagoa do Garrote, con base en relatos de los residentes. Se destaca el fortalecimiento del asociacionismo a través de la creación de la Asociación local, así como la búsqueda del reconocimiento oficial y certificación de la comunidad tradicional de Fundo de Pasto ante los organismos estatales competentes.

Palabras clave: Comunidad tradicional. Fondo de pasto. Laguna de Garrote. Asociación. Remanso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Fotografia das Comunidades de Fundo de Pasto da Região do Submédio do São Francisco. Fonte: GeografAR.....	20
Figura 02: Fotografia de Comunidades de Fundo de Pasto em Remanso-BA. Fonte: GeografAR	21
Figura 03: Área Central da Comunidade	27
Figura 04: Fotografia do Manejo da Leucena. Fonte: Acervo Pessoal	30
Figura 05: Fotografia da Casa de Farinha. Fonte: Acervo Pessoal	31
Figura 06: Fotografia da Reunião da Comunidade. Fonte: Acervo Pessoal	42
Figura 07: Fotografia de Atividade de Assessoria Técnica.....	44
Figura 08: O Fundo de Pasto	45
Figura 09: Mapa da Bahia: Territórios de Identidade e Regionais do Mapeamento. Fonte: GeografAR	50
Figura 10: Fotografia da Ata da Associação Comunitária. Fonte: Acervo Pessoal.....	55
Figura 11: Fotografia do Estatuto Social da Associação. Fonte: Acervo Pessoal.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS

ACAPLGA - Associação Comunitária Agropastoril dos Pequenos Produtores de Lagoa do Garrote e Arredores

ACS - Agente Comunitário de saúde

AEFP – Articulação Estadual de Fundo de Pasto

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT - Comissão Pastoral da Terra

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas

SASOP - Serviços de Assessoria à Organizações Populares Rurais

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ORIGENS E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA COMUNIDADE DE FUNDO DE PASTO LAGOA DO GARROTE.....	16
1.1 Elementos Históricos e Geográficos da Região do Submédio do São Francisco...	16
1.2 As origens da comunidade fundo de pasto Lagoa do Garrote.....	20
1.3 “Trocar dias”: Relações de trabalho e Sociabilidades	27
2 O PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO TERRITORIAL DE FUNDO DE PASTO NA COMUNIDADE LAGOA DO GARROTE	32
2.1 Alguns antecedentes ao processo de organização política em Lagoa do Garrote em torno da luta por direitos	33
2.2 O processo de criação da associação de produtores de Lagoa do Garrote e arredores	37
2.3 Reconhecimento legal do território tradicional fundo de pasto.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE	55

INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais são caracterizadas por modos de vida recíprocos, onde as pessoas interagem e compartilham seus costumes com objetivos comuns. Há nessas comunidades, uma relação muito forte com a identidade moral construída ao longo do tempo pelos seus antepassados, manifestada por meio de suas memórias, linguagens e culturas. Diante disso, manifestou-se o interesse em explorar a historicidade desses povos permeada por laços solidários, valores e saberes dos mais velhos, aspectos particularmente observados na comunidade onde nasci e vivi até os dezoito anos de idade.

A proposta desta pesquisa é trazer para o ambiente acadêmico os modos de vida dos sujeitos que moram nesses espaços geográficos transformados em comunidades tradicionais, entre outros elementos, pelo uso e manejo comum da terra para a criação dos animais e estabelecimento de uma organização comunitária para o trabalho na agricultura. Sendo assim, possibilitar a visibilidade da história e identidade das comunidades de fundo de pasto, particularmente a comunidade de fundo de pasto Lagoa do Garrote situada no município de Remanso, estado da Bahia, é o principal objeto que permeia esse estudo monográfico.

Assim, nos ocupamos em pensar a comunidade de fundo de pasto Lagoa do Garrote como espaço de construção de uma comunidade tradicional, no contexto de luta por direitos. O processo de luta por melhorias das condições de vida na comunidade foi o elemento que primeiramente impulsionou os moradores, aos poucos, se reconhecerem tradicional de fundo de pasto. Ou seja, esse processo forjou a construção de uma identidade coletiva, cunhada em modos comunitários de uso da terra, de organização para o trabalho, das relações de parentesco e vizinhança e das práticas de sociabilidade. A observação dessas características fez com que os sujeitos que compõem Lagoa do Garrote se percebessem uma coletividade tradicional. Dessa forma, a luta por direitos básicos de vida (água, educação, saúde) e a percepção das relações comunitárias no modo de viver, originou uma tomada de consciência desses sujeitos como pertencentes a uma comunidade tradicional de direitos específicos, e passaram a buscar, então, o reconhecimento desses direitos coletivos perante o Estado, incluindo o direito ao território.

As comunidades de fundo de pasto trazem consigo heranças culturais de seus antepassados, reproduzindo, diariamente, de geração em geração, relações de parentesco, compadrio e vizinhança dentro de um conjunto de práticas costumeiras e coletivas que as definem como comunidade tradicional.

A comunidade de fundo de pasto Lagoa do Garrote, situada no município de Remanso, Bahia, território *lócus* da pesquisa, é um espaço dinâmico de vivências mútuas, tradicionais e

de uma sustentabilidade voltada para o bem comum. A comunidade mantém fortes vínculos com os movimentos sociais e sindicais, a partir da aproximação que ela estabeleceu com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), aproximação, esta, que foi direcionadora ao entendimento da comunidade enquanto território tradicional de fundo de pasto, porque as CEBs contribuíram para o seu despertar político.

Falando do aspecto político, desde cedo, integrei-me ativamente nas atividades cebianas na comunidade, participando assiduamente dos encontros, contribuindo nos cânticos, nas leituras e nas mobilizações para as reuniões dominicais. Ao longo desse envolvimento, tornei-me o braço direito de Valdenir (liderança comunitária da qual tratarei mais adiante), atuando como representante nos encontros de animadores, nos intercâmbios das CEBs, etc. Identifiquei-me profundamente com o trabalho missionário realizado nas comunidades eclesiais de base, o trabalho religioso se confundia com as práticas e lutas sociais, como a luta pela água potável. O trabalho com a juventude, a formação de animadores, coordenado pelo padre da paróquia foi intenso ao ponto de me levar a sair da comunidade para ingressar no Seminário Diocesano de Juazeiro-BA.

A comunidade é composta por 32 famílias. A maioria sobrevive da agricultura familiar e criação de animais, com muitas experiências exitosas em quintais, criação de abelhas e de animais (caprinos, ovinos e gado). Os animais pastoreiam soltos, num grande círculo comum, que é formado pelos fundos das residências das famílias da comunidade (os fundos das residências não possuem cercas), por isso, a definição de comunidade de fundo de pasto.

Assim, a partir do diálogo da oralidade com outras tipologias documentais, a pesquisa objetiva compreender a trajetória histórica da comunidade de fundo de pasto Lagoa do Garrote situada no município baiano de Remanso, assim como a experiência dessa comunidade com o processo de reconhecimento e regulamentação das terras tradicionalmente ocupadas pelos fundos de pasto, no Estado da Bahia. Especificamente: investigar a trajetória histórica da comunidade de fundo de pasto Lagoa do Garrote; analisar o processo do reconhecimento legal e da regulamentação territorial de fundo de pasto na realidade de Lagoa do Garrote e compreender as relações de trabalho, vizinhança, parentesco, enfim, as práticas de sociabilidades vivenciadas pela comunidade de Lagoa do Garrote.

Metodologicamente, a pesquisa foi conduzida de maneira qualitativa, em consonância com a abordagem preconizada por Vieira e Zouain (2005). Este enfoque qualitativo confere importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos por eles expressos, bem como aos significados transmitidos. Assim, foram empregadas três abordagens

de uso das fontes: observação, entrevistas e análise documental. A observação foi apenas uma continuidade daquilo que já vivenciei no interior da comunidade, agora, de uma forma esquemática, buscando estabelecer relações entre o espaço e as práticas e narrativas dos sujeitos. O sentimento de pertencimento e a vivência prévia na comunidade foram as razões principais para a escolha do objeto de estudo deste trabalho de conclusão de curso.

As entrevistas permitiram, a partir das narrativas, compreender a dinâmica das experiências significativas na vida daquelas pessoas. Foram entrevistados o primeiro morador a chegar na comunidade, Juarez José da Silva, seus dois filhos: Salvador José da Silva, Candido José da Silva e a sua nora Valdenir Creoncio da Silva, primeira presidenta da associação e que também atua como animadora e diretora sindical. Foram ouvidos depoimentos do vizinho da comunidade Ancelmo Ribeiro Alves e o assistente técnico Agostinho Pereira da Silva.

As entrevistas foram realizadas com as pessoas mais idosas da comunidade, por isso, ao longo dos depoimentos percebem-se algumas referências ao passado, tais como “naqueles tempos” ou, então, “plantava muito”. As falas dos entrevistados refletem relações de trabalho que fizeram parte do passado não tão distante destas pessoas, e que atualmente os filhos e netos dão continuidade. Norteou também a pesquisa, a análise do Livro de Atas da Associação bem como do Estatuto da comunidade. Assim como informações retiradas de sítios eletrônicos e leituras bibliográficas relacionadas ao tema. Neste sentido, buscou-se, analisar as contribuições de alguns autores que estudam sobre as terras tradicionais de fundo de pasto, a partir do diálogo conceitual com o livro *Costumes em Comum*, de Edward Palmer Thompson.

O primeiro capítulo consiste em fazer um apanhado sobre as origens e trajetória histórica da comunidade de fundo de pasto Lagoa do Garrote. Dessa forma, foi discutido o contexto histórico e geográfico de toda região do submédio do São Francisco para, em seguida, delimitarmos a região de interesse do estudo. Buscou-se apresentar as origens da comunidade, com a fundação e chegada da primeira família e as primeiras mobilizações para o povoamento. Em seguida, foi abordado as relações de trabalho e socialidades peculiares das comunidades tradicionais de fundo de pasto.

O segundo capítulo trata do processo de regulamentação territorial de fundo de pasto da comunidade Lagoa do Garrote. A partir desse ponto, foi feita uma observação dos processos organizativos da comunidade, as articulações que possibilitaram a criação da associação e os movimentos de luta pelos direitos coletivos da comunidade Lagoa do Garrote.

1 ORIGENS E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA COMUNIDADE DE FUNDO DE PASTO LAGOA DO GARROTE

Este capítulo abordará os aspectos geográficos e econômicos da região onde fica localizada a comunidade objeto dessa pesquisa. As origens do local, conhecendo a história a partir dos relatos dos moradores que testemunharam o processo de formação e consolidação da relação coletiva com a terra dentre outros aspectos que confirmaram essa coletividade, ao longo do tempo. Analisa as relações de trabalho e sociabilidades enraizadas pelas práticas tradicionais de uso da terra. Assim também, a resiliência dessas comunidades na preservação das práticas tradicionais e organização coletiva.

1.1 Ocupação da Região do Submédio do São Francisco e a emergência das comunidades tradicionais de fundo de pasto

A trajetória de origem das comunidades tradicionais de fundo de pasto na região em foco, como Lagoa do Garrote, tem relação com a própria história agrária e das relações socioeconômicas estabelecidas em torno da ocupação da terra no sertão do rio São Francisco.

Para uma maior compreensão sobre a posse de terra e o surgimento das comunidades tradicionais de fundo de pasto é necessário remetermos às primeiras ocupações nesse território. Assim também, como os aspectos geográficos que compreende o submédio do Sertão do São Francisco que abrange os estados da Bahia e Pernambuco, no sertão do semiárido brasileiro. É nessa região sertaneja que se situa a comunidade de fundo de pasto Lagoa do Garrote. Carrara 2001 aponta que esta região possui peculiaridades próprias, o autor destaca o seguinte:

Um conjunto de características comuns naturais, demográficas e econômicas. Dito de outra forma: que esse sertão possuía uma *identidade* particular, expressa por sua personalidade geográfica e histórica. Essa região, contudo, participa de uma identidade maior: a *identidade sertaneja*. Como os sertões são vários, várias são também as identidades próprias decorrentes da diversidade geográfica e histórica de cada um deles. Esse grande sertão possuía muitos poros por onde se comunicava com outros, isto é, por onde eram estabelecidos seus parentescos (Carrara, 2001, p. 102).

Nesta região de bioma caatinga, umas das principais características são os períodos de longas secas, demarcados por áreas de sequeiro e as terras banhadas pelo rio. As áreas sequeiras são as mais distantes do rio e são marcadas por solos secos, plantas resistentes e períodos chuvosos inconstantes:

As caatingas dominam a paisagem das terras abaixo dos 650 metros de altitude, e nas quais o período seco dura de seis a oito meses. Entre os 650 e os 450 metros estão os terrenos calcáreos. Toda essa área é coberta pela vegetação típica da caatinga – a "caatinga legítima" de Luetzelburg, e da qual a barriguda é sua árvore mais característica. Ocorrem cactáceas com predominância de mandacarus. Há ainda o xique-xique, a barriguda e o imbiruçu. Estas caatingas não são tão raquíticas como as demais do Nordeste, encontrando-se sempre árvores de maior porte, e até muitas madeiras de lei como o cedro e o jacarandá. São nessas áreas que se acham todos os terrenos férteis da região. Já nos terrenos situados a menos de 450 metros de altitude predomina uma gratíssima caatinga, raquítica e cheia de espinhos, em muito pior situação que a caatinga legítima (Carrara, 2001, p.72).

Já as terras próximas ao rio eram as mais atrativas, por isso os primeiros povoamentos se deram em torno do São Francisco, por ser uma região que facilitava a criação do gado e o cultivo de plantações na sua vazante.

A principal atividade econômica desenvolvida na região desde o período colonial consistiu na criação de gado. Atraídos pelo Rio, os criadores estabeleciam na área ribeirinha do São Francisco grandes currais e fazendas. A região do Sertão do São Francisco em seu eixo central, Juazeiro-Bahia e Petrolina-Pernambuco, desenvolveu-se a partir das possibilidades de criatório com o suporte do rio, este, apelidado de “rio da integração nacional”, por fazer parte do percurso que ligava essa região à sede da então colônia, Salvador (Carrara, 2001).

É importante ressaltar que havia uma especificidade quanto aos animais dessa região, assim como as plantas são resistentes aos períodos de secas, os animais também tem um perfil biológico próprio de resistência. Segundo Carrara, inicialmente o gado “dominante era o ‘pé duro’ de grandes chifres, mas, aos poucos, foi sendo inserido “algum gado de raça”. Ele complementa: “Na seca, o gado era levado para os refrigerios, onde emagrecia, sem, contudo, morrer” (Carrara, 2001, p. 75).

Com relação às origens do povoamento e ocupação das terras no Sertão do São Francisco, remetemo-nos às ocupações portuguesas com a formação das capitâncias hereditárias. Diante da necessidade de povoamento e cultivo das terras, duas famílias receberam a concessão de um vasto território abrangendo também esta região do Sertão do São Francisco. Assim descreve Simone Conceição Soares Dias 2014:

Em 1549, o então governador Tomé de Souza, tomou a iniciativa de conceder a Garcia D'Ávila grandes áreas de terra a duas famílias: Guedes de Brito e Garcia D'Ávila que receberam enorme quantidade de terras nos sertões baianos. O poderio e o domínio desses dois troncos familiares são bastante marcantes na história dos sertões da Bahia. Garcia D'Ávila e Guedes de Brito atuaram na colonização do Nordeste, Sudeste e Oeste baianos (Dias, 2014, p. 37).

As terras ficaram concentradas entre as duas grandes famílias que começaram a investir na criação de gado. Com o grande número de gado no território houve a necessidade de construções de currais e demarcações de fazendas que precisavam de gente para cuidar do rebanho, nesse sentido, vaqueiros juntamente com familiares passaram a fazer moradias e plantações ao seu sustento nessas áreas sertanejas de grandes currais e fazendas de gado. Ou seja, além dos grandes empreendimentos econômicos ali estabelecidos, as margens do São Francisco começavam a ser ocupadas por pessoas pobres, num processo de estabelecimento de pequenas porções de terra destinadas à sua sobrevivência e moradia. Conforme Dias:

Encontra-se nessa e em outras práticas a imprecisão dos limites das fazendas, uma vez que o gado ao ser criado solto (sistema extensivo) pastoreava livremente e levava consigo o vaqueiro. Para que esse empreendimento produtivo prosperasse, fez-se necessário a presença de vaqueiros que, acompanhados de suas famílias, além de trabalhar com os rebanhos dos sesmeiros, iniciaram a abertura de áreas para o cultivo de produtos para sua subsistência (Dias, 2014, p. 39).

Não era apenas a demografia da região que estava em formação, porque, juntamente com os vaqueiros e suas famílias estavam sendo estabelecidos os seus costumes e “jeitos de viver” e, assim, essas famílias foram se organizando socialmente a partir de seus próprios modos sertanejos de se relacionar com a natureza e com a terra. A partir desse conjunto de informações bibliográficas podemos perceber os primeiros indícios da formação das comunidades tradicionais de fundo de pasto.

Os modos acima referidos de lidar com a terra tiveram crescimento expressivo com a falência do modelo agroexportador em torno do açúcar que aquecia o mercado da carne e do couro provenientes do sertão. Conforme Diego Albuquerque, nesse cenário as terras das grandes fazendas de gado foram fracionadas às pessoas que viviam e trabalhavam nelas:

Com a falência do modelo agroexportador da cana de açúcar, principal consumidor de carne e couro do sertão, as grandes fazendas pecuaristas foram entrando em decadência e alguns fazendeiros encontraram a ruína total. Assim, suas terras aos poucos foram sendo partilhadas entre moradores e trabalhadores das próprias fazendas (Oliveira, 2014, p. 8).

Ainda segundo esse autor, é nesse momento histórico regional que encontramos as origens das comunidades tradicionais de fundo de pasto, por ele definidas da seguinte forma:

(...), caracterizadas por possuírem elementos culturais próprios, pela ocupação e uso da terra de forma comum por uma determinada coletividade e que, além dos laços de parentesco, compadrio e proximidade, tem em comum a criação de animais de pequeno e grande porte (caprinos e ovinos) soltos na área. Possuem também roçados de pequenas dimensões de onde tiram as

alimentações para si e suplementos alimentares para o rebanho (Oliveira, 2014, p. 8).

Outro ponto que contribuiu para o aumento dessas comunidades após o fim do sistema de concessão das sesmarias, em 1822, foi a falta de legislação sobre a regularização fundiária, fazendo com que as pessoas fossem se apossando das terras e ampliando suas propriedades. Assim, faziam das terras devolutas espaços para plantações e criação de animais de pequeno porte, caprinos e ovinos (Oliveira, 2014). Na verdade, a prática do apossamento de terras não passou a existir com o fim das sesmarias, tanto é que a Lei de Terras criada em 1850 era voltada a regulamentar a propriedade da terra no Brasil, pois existiam muitos conflitos em relação ao direito da posse da terra.

Ao estudar os diversos sujeitos e as relações sociais estabelecidas em torno da terra, no século XIX, a autora Márcia Motta argumentou que, a lei criada em 1850 e regulamentada em 1854 abria brechas para o reconhecimento legal dos posseiros, e essa categoria social incluía pessoas pobres livres, indígenas, mas também grandes fazendeiros que alargavam as suas propriedades pela prática do apossamento (Motta, 2008). Para a autora, a lei não determinou bem o lugar do posseiro e não definiu a regularização do acesso a terra. Motta analisa a indefinição da lei como resultado da “ambiguidade de toda uma história de ocupação territorial” (Motta, 2008, p. 157).

Com a lei de terras de 1850 estava em marcha um processo de concentração fundiária no Brasil. Ainda assim, os lavradores pobres buscaram se valer da tolerância da lei às práticas do apossamento e resistiram pela sua permanência na terra, tentando garantir seus modos de vida, muitas vezes, à revelia do sentido liberal e privado de acesso e uso da terra. “Assim, em certo sentido, [a lei] abria uma brecha no processo de concentração fundiária em curso, permitindo uma possibilidade de democratizar o acesso à terra” (Motta, 2008, p. 155).

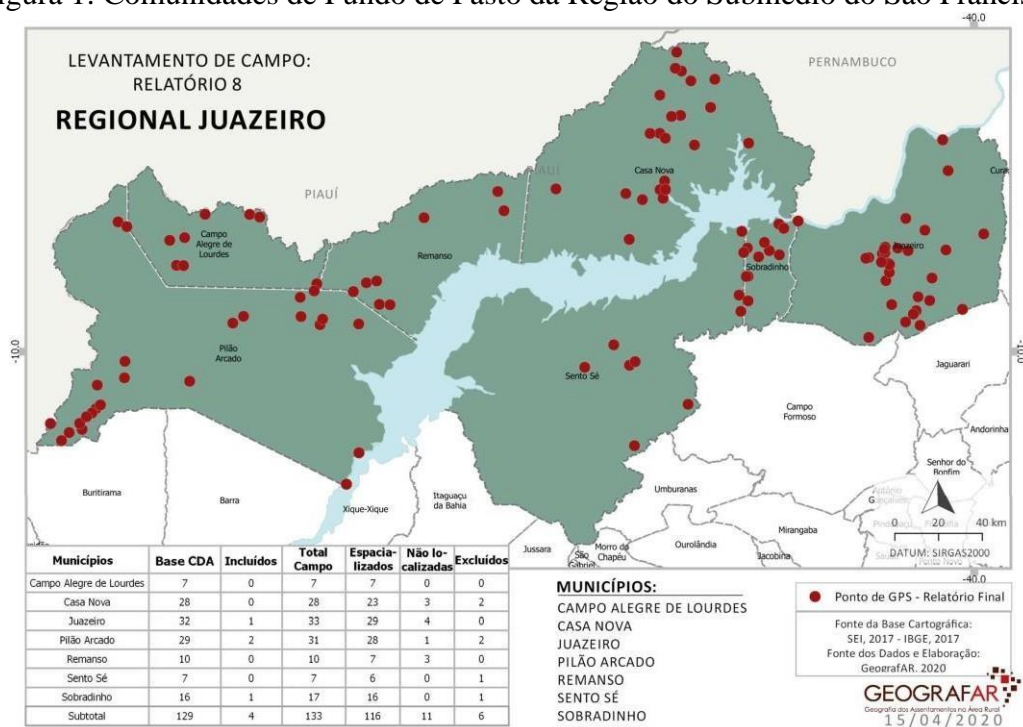
A respeito do processo da concentração fundiária na região estudada, a pesquisa de Elizabete O. C. Santos afirma que:

Embora não sendo a região, a mais propícia para desenvolvimento da agricultura, devido às variações nas precipitações, é uma das regiões mais povoadas do Brasil; há quem diga ser a região semiárida mais povoada do mundo. Acima de tudo, ainda há o grande empecilho que impede o desenvolvimento da região caracterizado pela má distribuição das terras, onde se vê por um lado a Concentração fundiária com grandes extensões de terras improdutivas ou sendo exploradas pelas grandes fazendas e empresas da agroindústria ocupando a maior parte das terras, e por outro se vê a agricultura familiar com um grande número de empreendimentos porém, com a menor porção de terras. Essa desigualdade social que perdura até hoje é fruto da colonização e da forma como foram ocupadas as terras nessa região (Santos,

2008, p. 18).

Portanto, a região do Submédio do Sertão do São Francisco está situada dentro deste contexto, das práticas de resistência em torno do acesso e uso tradicional da terra, em meio ao processo de concentração fundiária. Vemos, hoje, por um lado, uma grande extensão de terras nas mãos das empresas da agroindústria e um vasto perímetro de irrigação; por outro lado, os povos tradicionais que se organizam em suas pequenas áreas de terras, produzindo o seu sustento. Vale salientar que, várias comunidades localizadas nos municípios da região do Vale do São Francisco, são ameaçadas pela chegada de empresas de minérios e de energia eólicas, atraindo grileiros e aumentando os conflitos de terras.

Figura 1: Comunidades de Fundo de Pasto da Região do Submédio do São Francisco



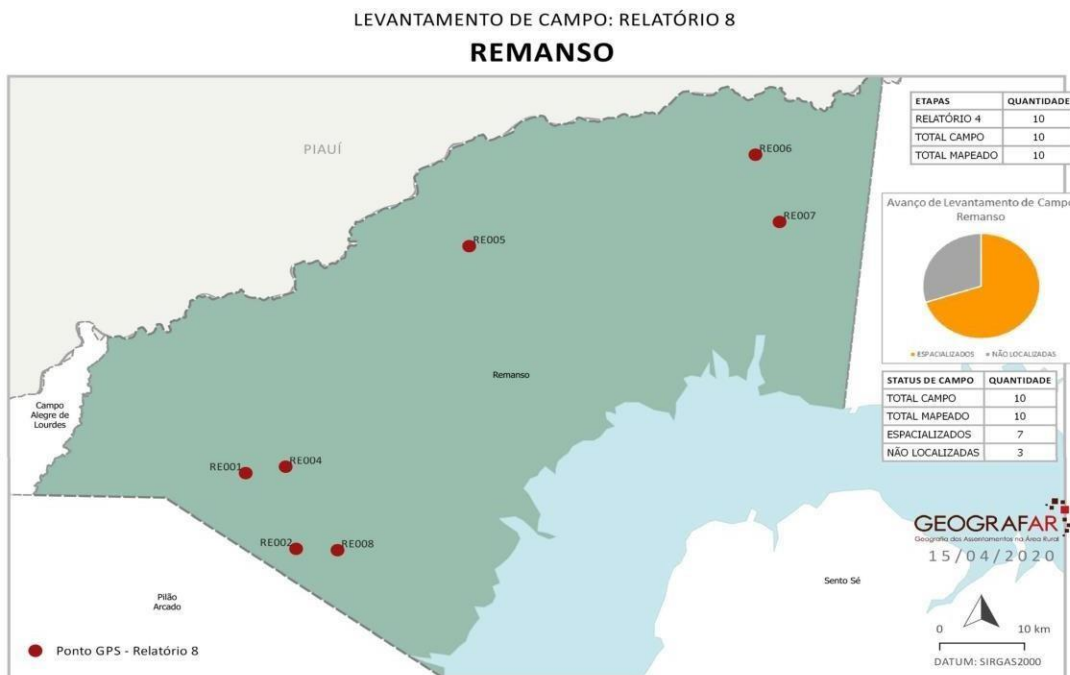
Fonte: GeografAR, 2020.

1.2 As origens da comunidade fundo de pasto Lagoa do Garrote

A comunidade Lagoa do Garrote, território tradicional de fundo de pasto com uma área declarada de 1.694 hectares, fica localizada a 56 km da sede do município de Remanso-BA, que é um dos dez municípios pertencentes ao território do Sertão do São Francisco. O município

está situado ao norte da Bahia, às margens do rio São Francisco, na região semiárida. Remanso faz divisa com os municípios baianos Casa Nova, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes e Dirceu Arcoverde, no Piauí.

Figura 2: Comunidades de Fundo de Pasto em Remanso-BA



Fonte: GeografAR, 2020.

A comunidade de Lagoa do Garrote se localiza em uma parte do município de Remanso mais distante do rio, em uma distância de cerca de 40 km. A memória local remonta o surgimento da comunidade ao ano de 1961, com o criatório de garrotes na vegetação nativa naquela área, prática que deu origem ao nome da comunidade *Lagoa do Garrote*, segundo o depoimento do Sr. Salvador José da Silva: “na época por lagoa do garrote o povo dizia que era porque vinha muito garrote para o barreiro, lá tinha mais espaço para labutar¹ com o gado”.²

As primeiras pessoas a ocuparem o espaço onde é hoje a Lagoa do Garrote vieram de outra localidade próxima, chamada *Lagoa do Barro dos Baios*. Comunidade de fundo de pasto que faz divisa com as comunidades Lagoa do Garrote, Canoa, Lagoa dos Porcos, Ziado e Posidônio, ela está localizada a 64 km da sede do município de Remanso-BA. Os avós do Sr. Juarez José da Silva foram os primeiros a ocuparem essa região, constituindo uma grande

¹ Trabalhar constante e arduamente; lidar, laborar: labuta na terra de sol a sol. LABUTAR. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/labutar/>. Acesso em: 08/12/2023.

² Depoimento do Sr. Salvador José da Silva, 15 de agosto de 2023.

família, dentre elas a do Sr. João Chenário José da Silva, pai do Sr. Juarez José da Silva que é o 2º filho de uma irmandade de 6, nasceu e criou os seus filhos nesta comunidade, até encontrar outra terra para abrigar os seus descendentes.

Mesmo morando na comunidade com características próprias de fundo de pasto, na qual construíram casas e roças próximo da casa de seus pais e dos irmãos, Juarez José da Silva e Iraci Rosa da Silva (esposa) buscavam alternativa para o criatório de gado, ovelhas e cabras, visto que o núcleo familiar estava ficando numeroso e precisavam de espaço para o criatório e plantações.

As terras que deram origem à comunidade Lagoa do Garrote foram adquiridas por um “valor simbólico”. O ancião da família granjeou³ alguns hectares de terras e começou a levar o gado da Lagoa do Barro dos Baios para a Lagoa do Garrote, somente no período de inverno. Esse era o primeiro passo da prática de acostumar o rebanho nas novas terras, isso, porque o gado, as ovelhas e as cabras precisavam se adaptar ao espaço, de maneira que aprendessem a não se distanciarem do pasto, pois os animais eram criados soltos. Essa é uma prática costumeira dos povos tradicionais de fundo, a de acostumar o rebanho dentro do pasto sem a necessidade de cercamento. O Sr. Salvador, que é um dos filhos mais velhos de Juarez José da Silva e Iraci Rosa da Silva, juntamente com seu irmão, foi um dos primeiros responsáveis por levar o gado para acostumar no pasto. De acordo com ele:

Lá foi assim, um caba tinha feito uma derrubinha⁴ e meu pai comprou e formou uma rocinha lá, aí dessa rocinha ele mandou fazer o primeiro barreiro⁵, lembro que foi em 61 e nós chegamos dormir dentro do barreiro quando chegou lá para se arranjar nós iríamos pra lá para dar comida as vacas e arranchava em baixo do juazeiro e no barreiro. Naquele tempo fazia o retiro para amansar as vacas no inverno, o papai morava na Lagoa do barro e passava o inverno amansando o gado, na seca voltava para lagoa do barro junto com os filhos (informação verbal).⁶

O costume de amansar o rebanho (adaptar às terras novas) é apenas uma das múltiplas práticas dos povos tradicionais de fundo de pasto e enfatiza a relação desses povos com o território. Uma relação construída de forma harmônica com os animais, o solo, a água, onde congrega um vasto sistema de saberes baseado em suas vivências, ou seja, no contato próximo

³ Conseguir com muito trabalho ou esforço; obter, adquirir. GRANJEOU. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/granjeou/> Acesso em: 08/12/2023.

⁴ Pequenas derrubadas de arvores para poder adubar a terra. DERRUBINHA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/derrubinha/> Acesso em: 08/12/2023.

⁵ Construção de terra, pedra, cimento etc. destinada a represar águas, a fim de que sejam us. na geração de força, na agricultura ou no abastecimento; acéquia, barragem, represa. BARREIRO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/barreiro/> Acesso em: 08/12/2023.

⁶ Depoimento do Sr. Salvador José da Silva, 15 de agosto de 2023.

com o ambiente e os processos que nele ocorrem.

Os ciclos naturais são respeitados de acordo com os conhecimentos advindos da transmissão oral de pais para filhos e netos. Quando o Sr. Salvador afirma que amansava as vacas no inverno, a intenção era que o rebanho pudesse ter contato com a melhor vegetação do ano, visto que o mato estava verde naquele período do ano. Com o tempo, os próprios animais desenvolvem o “espírito” da coletividade, reconhecem o território, não se distanciam dele, convivem com os outros animais de forma harmônica e de igual forma se comportam com os seus donos. É uma maneira própria desenvolvida no interior da comunidade de se relacionar com a natureza e o mundo ao seu redor. Portanto, os primeiros momentos que deram origem a Lagoa do Garrote foram de “tato” “contato” entre pessoas e a natureza, a partir da reprodução de saberes tradicionais que os seus fundadores traziam da sua comunidade de origem. Nesse sentido, Simone Raquel Batista Ferreira afirma que:

As distintas formas de territorialidade diferenciam-se de acordo com as relações de apropriação e/ ou dominação do espaço que efetivam: no espaço apropriado e vivido pelas comunidades camponesas e tradicionais, produz-se um saber-fazer, do tato e do contato, um “saber com” a natureza (Ferreira, 2009, p. 270).

A ambientação naquela nova área, que envolvia acostumar o gado, fazer as “derrubinhas” (limpeza do local de descanso e apoio), o barreiro (principal fonte de água) aconteceu de forma lenta, respeitando os ciclos naturais e também as relações de parentesco, como expõe um dos membros da comunidade em seu depoimento. O Sr. Salvador relata que as primeiras idas ao local se deram em 1961, respeitando os costumes de apenas os filhos mais velhos ficarem à frente do trabalho, somente os filhos mais velhos dos 10 que o casal Juarez e Iraci tinha ficaram responsáveis por essa primeira chegada naquele espaço:

Aí o papai foi e fez uma casa, com casa de farinha e começamos plantar, e fazer as rocinhas, nessa época, ainda pequenos, só os filhos mais velhos... depois foi crescendo as roças, nos mudamos a família toda, em (19)72, aí depois os filhos foram casando (informação verbal).⁷

Ou seja, todo o processo entre a primeira chegada ao lugar até a mudança da família de Juarez e Iraci para o local que viria a ser Lagoa do Garrote durou 11 anos, pois, somente em 1972 é que a família se muda de vez para a localidade. Identifica-se um modelo de desenvolvimento sustentável particular desses povos, cujo interesse é usufruir das terras, tirar o seu próprio sustento e de toda sua família. Este modelo é peculiar e muito distante do modelo

⁷ Depoimento do Sr. Salvador José da Silva, 15 de agosto de 2023.

de desenvolvimento agrícola capitalista de produção ao modo do agronegócio. Diegues caracteriza essas práticas como:

Sistemas de manejos dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (Diegues, 2000, p. 20).

E assim teve origem a comunidade de fundo de pasto Lagoa do Garrote. Os filhos mais velhos foram os primeiros a se deslocarem às terras de fundo de pasto para, em seguida, o patriarca e a matriarca da família se mudarem juntamente com todos os filhos. A dinâmica de povoamento seguiu os mesmos costumes dos seus antepassados, os criatórios, as terras, os barreiros, tudo pertence à família extensa, todo aquele conjunto é de todos e todos são responsáveis pela preservação e sustentabilidade daquele espaço. A coletividade entre pais e filhos é um princípio inalienável, ensinada desde muito cedo pelos genitores e seguida à risca, transmitida dos mais velhos para os mais novos. Assim, descreve o Sr. Juarez, hoje, com 87 anos de idade:

Quando vim já era casado, junto com meus filhos, eu vim porque meu gadim era aqui e deu vontade de vim trabalhar comprei a terra... criava gado criação depois foi fazendo a roça e de tudo, depois de meus filhos todo mundo foi se ajeitando perto de mim eu fui botando cada um no seu lugar os filhos depois os netos... meus filhos veio coloquei todos pra arranchar perto de mim, todos combinados comigo...criava uns gadim...quando casaram cada um dos filhos ficou com um pedacinho de terra (Informação verbal).⁸

A comunidade foi se desenvolvendo dentro desse ambiente tradicional de relação entre terra, trabalho e família. A terra adquirida pelo Sr. Juarez torna-se berço da família, lugar fértil para trabalhar e criar o seu “gadim”, esse lugar, além de garantir a subsistência das pessoas, suas necessidades, é também um espaço compartilhado pelas gerações familiares, onde nascem os netos e vão se arranchando todos pertos do mais velho. “Arranchar perto de mim”, significa dizer que os seus parentes irão formar uma nova família, casar, ter filhos, ter suas roças, mas também ter a responsabilidade de manter firmes as relações recíprocas, os costumes, o jeito de viver e trabalhar que tem como fundamento os saberes dos mais velhos, os quais são consultados para as tomadas de decisões.

É nesse contexto que o Sr. Juarez José da Silva decide sair do núcleo familiar de seus

⁸ Depoimento do Sr. Juarez José da Silva, 14 de agosto de 2023.

pais e irmãos para poder ter o seu lugar e arranjar seus filhos e, posteriormente, os netos e bisnetos. As comunidades vão se formando a partir da necessidade dos filhos e esse comportamento tem anuência dos mais velhos da comunidade de origem.. O Sr. Cândido José da Silva, de 66 anos, um dos filhos mais novos do Sr. Juarez reforça a motivação de se mudarem para a então Lagoa do Garrote: “A gente queria criar mais, trabalhar mais...por isso viemos pra cá. criamos gado e criamos tudo junto depois que casamos foi separado. A gente fez aqui sem dividir, íamos casando e fazendo as roças (Informação verbal)”⁹.

Nesse aspecto, identifica-se que o comportamento de sair de uma comunidade para formar outra é um costume que se coloca em prática quando, no interior do núcleo familiar percebe-se a necessidade de mais terras para os demais familiares e os seus animais. Ou seja, a partir da análise dos relatos de memória do núcleo familiar que deu origem a Lagoa do Garrote, observa-se que se fez necessário manter a coesão do núcleo familiar, quando as terras da família extensa se tornou insuficiente à sobrevivência de todos os seus membros, assim, as gerações mais novas formaram uma nova família extensa, uma nova comunidade, em outra localidade, sem perder de vista o modo de viver da sua comunidade de origem, os vínculos afetivos, sociais e identitários. A esse respeito, Ferreira afirma que:

(...) a familiaridade com os lugares de morada dos vizinhos e compadres, moradores “véios”, dos “tempos antigos”, revela que a apropriação destes espaços por determinadas famílias era reconhecida pelos demais. Sua história na terra, pela qual construíam a reprodução de sua existência, atesta-lhes a identidade de “gente do lugar” e “donos do lugar”. Ao mesmo tempo em que criavam seus lugares específicos, constituíam parte genealógica do lugar maior, da morada de todos, o lugar selado pelas redes identitárias de relações afetivas, simbólicas e materiais, constituídas na vida cotidiana (Ferreira, 2009, p.156).

Neste contexto, marcado pela chegada da família, casamentos dos filhos e a divisão dos locais das residências, a inserção da Sra. Valdenir na comunidade ocorre por meio do casamento com o Sr. Cândido. Vale ressaltar que o matrimônio não pode ser estabelecido entre parentes de primeiro grau, levando as famílias vizinhas a se entrelaçarem e formarem novas famílias. A relação da Sra. Valdenir com a família de Juarez era caracterizada como "conhecidos", ou seja, vizinhos que residiam em uma comunidade próxima chamada Poços. Ao tratar os povos Ava Kaiowá, Tônico Benites aborda a organização sociofamiliar daquele povo a partir da categoria de *família extensa*, onde "os membros de cada grande família são orientados a casar-se com indivíduos pertencentes a outras famílias conhecidas, preferencialmente aquelas com as quais

⁹ Depoimento do Sr. Cândido José da Silva, 13 de agosto de 2023.

sua própria família mantém articulações políticas e relações de reciprocidade" (2009, p. 49). De igual maneira, notamos que a constituição da comunidade se dá pela união de diversas famílias à medida que as pessoas se casam, formando assim famílias extensas.

Portanto, a origem da comunidade Lagoa do Garrote partiu-se da necessidade coletiva, de uma comunidade que precisava expandir o seu espaço territorial de sobrevivência e manutenção dos vínculos familiares e comunitários, o interesse é, portanto, coletivo. O modelo de produção tem características próprias de uso coletivo, do fundo de pasto; também individual, através das roças que são feitas depois que os filhos se casam. A construção das roças é feita por meio do trabalho coletivo, através do envolvimento de toda a família e também dos vizinhos. Essas especificidades se contrapõem ao modelo capitalista, pois o objetivo não é obter os lucros daquilo que produzem, e sim, manter a família naquele lugar de pertença: “meu lugar”, do “meu gadim”, do “meu jeito de viver”. O Sr. Salvador José da Silva reforça: “Os que iriam casando escolhiam seu lugar e iam fazendo suas roças... não havia divisão, cada um tinha seus limites.” Destaca-se que, historicamente, esse é um costume de seus antepassados que foi transmitido de pai para filhos, a partir de uma memória carregada de afeto, reciprocidade e pertença. É uma memória que recorda costumes. Nesse sentido, Alistar Johson afirma que:

Mesmo quando os detalhes dos relatos individuais e familiares variam, todos indicam a importância da terra e da família como pontos de apoio da memória. Isso é particularmente importante tendo em vista as constantes pressões que o capitalismo industrial e administração burocrática exerce tanto sobre a terra quanto sobre as antigas instituições associadas como parentesco. A genealogia e o lugar tornam-se pontos focais pelos quais a memória pode resistir à burocracia empresarial (Alistar Johson et al., 1998 p.162).

Assim como em outras comunidades tradicionais, em Lagoa do Garrote identifica-se, desde a origem da comunidade até os dias atuais, o acesso e autonomia sobre a terra, às vezes originada de uma “derrubada”, com base no costume. Thompson (1998, p.15) afirma que: “A invocação do “costume” com respeito a um ofício ou ocupação reflete uma prática tão antiga que adquire a cor de um privilégio ou direito”. Assim, os costumes, os ensinamentos, as práticas disseminadas de pai para filho funcionam como lei e devem ser respeitadas por todos possibilitando manter a harmonia e reciprocidade daquele lugar como tradicional de fundo de pasto. Aquele lugar é constituído por um conjunto de normas coletivas que reproduzem saberes e modos de vida antigos, que permitem a partir das relações cotidianas reafirmar seus costumes e vínculos com o território, os costumes compartilhados reforçam o sentimento de pertencimento da comunidade ao território.

Figura 3: Área Central da Comunidade



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Contudo, essa comunidade passa a evocar também os instrumentos legais do Estado para afirmar a sua autoridade sobre o território, a partir do momento em que os seus costumes e modos de viver naquele espaço são ameaçados. Em contexto de vulnerabilidade da manutenção do território, é que Lagoa do Garrote passa a reivindicar ao Estado o reconhecimento da comunidade como um território tradicional de fundo de pasto. Trataremos dessa discussão no capítulo II na monografia.

1.3 “Trocar dias”: Relações de trabalho e Sociabilidades

As relações de trabalho desenvolvidas majoritariamente de forma comum é um aspecto característico das comunidades de fundo de pasto, o trabalho coletivo envolve crianças, mulheres e adultos. As atividades estruturais da comunidade como abertura de estradas, derrubada e capina de roças, abertura de barreiros, arranca de mandioca entre outras, não são desenvolvidas apenas pelo núcleo familiar, elas se estendem a toda a vizinhança, que se organiza em grandes mutirões. Costumeiramente, é a pessoa mais velha que organiza essas mobilizações envolvendo todos os filhos, quando se necessita de mais gente é também o mais velho responsável por articular com os mais velhos de outras comunidades vizinhas o trabalho. O Sr. Juarez José da Silva nos conta que ele andava em várias outras comunidades junto com o seu “povo” para fazer a “troca de dia”:

São dez filhos foram casando e ficando perto de mim... plantamos as roças,

raspava mandioca, a raspagem de mandioca envolvia um bando de gente, trocava dia muito, daqui de arredores tudim vinha pra nos trocar da Santa Maria e arredores levava meu povo e depois eles vinham trabalhar pra gente... era pra tudo capinar, plantar as roças (Informação verbal).¹⁰

A expressão “povo” é usada dentro desse contexto para referir-se aos filhos do patriarca da família extensa que forma a comunidade, ou seja, quando o mais velho, o pai, solicita o apoio dos demais, a referência é sempre o mais velho e o seu povo. Percebe-se, que existe uma parceria entre os filhos e se estende às comunidades vizinhas, as ações coletivas se dão de acordo com as necessidades recíprocas, cabendo ao mais velho o papel de dialogar e fazer os acordos de *troca de dia*. No presente contexto, o termo “velho” tem menos a ver com faixa-etária e mais a ver com a estrutura social da comunidade.

Os moradores de Lagoa do Garrote usam a expressão “trocar dias” para instrumentalizar o modelo de trabalho praticado pelos povos das comunidades de fundo de pasto. Significa dizer, que todo trabalho é feito a partir de trocas, ou seja, dias trocados na prestação de serviços. Assim, toda vez que uma quantidade de gente se desloca para realizar o trabalho para uma família, esta, ficará devendo um dia que será devidamente pago em ocasião necessária, envolvendo a mesma quantidade de pessoas no processo de troca. Os trabalhos vão desde a limpeza do roçado e plantio, até a colheita da produção. Assim explica o Sr. Cândido José da Silva:

A gente chamava os irmãos e os vizinhos para trocar dias. A gente ia para os vizinhos para trabalhar, depois os vizinhos viam trabalhar pra gente, às vezes eram cinco, seis pessoas tinham que limpar a roça em um dia. A raspagem da mandioca às vezes era paga, outra era trocada, elas vinham raspar para tirar o beiju, isso é uma parte da mandioca, todas mulheres. O cultivo era feito para o consumo, a relação com os vizinhos é amigável os animais deles vem comer no nosso pasto os nossos vão para os deles (Informação verbal).¹¹

Assim, o trabalho coletivo é uma norma fundamental no modelo de produção própria desses povos. Mesmo quando as benfeitorias são realizadas na propriedade individual de cada família a organização ao trabalho se dá de forma comunitária. O Sr. Salvador José da Silva também corrobora neste aspecto afirmando que:

A roça era a mesma para o plantio, plantava feijão, milho, mandioca, palmas, mamona. Sempre naqueles tempos eram dias trocados, por exemplo, eu ia na sua casa trocava um dia com você depois você vinha para minha casa, derrubava roça, cercava, sempre o plantio era mais para o consumo era difícil vender, a mamona chegava vender para belinha ela tinha um pessoal que comprava. Trocava dia para colher e colocar no terreiro, o milho era para os

¹⁰ Depoimento do Sr. Juarez José da Silva, 14 de agosto de 2023.

¹¹ Depoimento do Sr. Cândido José da Silva, 13 de agosto de 2023.

animais, feijão também e mandioca o papai plantava muito, mas só dava para comer mesmo. A troca de dias era feita com a vizinhança toda, vinha gente da salgada, papai chegava a chamar 25 pessoas para trocar o dia, os filhos ajudavam a pagar os dias trocados. (Informação verbal).¹²

Outro aspecto importante sobre a organização comunitária ao trabalho observada para as comunidades tradicionais de fundo de pasto e, em especial, para Lagoa do Garrote, é a não existência do preço à força de trabalho. A relação de empregador e empregado não existe, as pessoas trabalham umas para as outras trocando os seus dias de trabalho, a moeda de troca não pode ser medida por cifras, consiste na reciprocidade estabelecida pelos vínculos de vizinhança e parentesco, a garantia de cumprimento do acordo está apenas na palavra e no costume. A forma tradicional de lidar com a terra e o trabalho lembra aquilo que afirmou Thompson (1998, p. 131): “Sempre foi um problema explicar as terras comunais das categorias capitalistas. Havia algo incômodo a seu respeito. A sua própria existência despertava perguntas sobre a origem da propriedade e sobre o direito histórico à terra”.

Nessa mesma linha de pensamento, podemos observar que as relações de trabalho são definidas pelo ritmo da natureza e pela organização da vida social da comunidade. “Trocar dias” é uma necessidade da comunidade quando precisa fazer a capina de uma roça, se a cerca do vizinho está caída, ou arrancar os pés de mandioca à época da colheita, entre outras atividades que fazem parte da vivência da comunidade. Os mutirões para a realização de distintas tarefas não têm hora para acabar e são realizados justamente a partir da necessidade das famílias, a exemplo da raspagem e manejo da mandioca, em que a preocupação gira em torno de uma família concluir a sua tarefa para que outra família possa usar a casa de farinha. Não existe também, uma preocupação de quando esse dia trocado será devolvido em trabalho, não há relação contratual de tempo. Ao confrontar o tempo do trabalho com base nos costumes e vida social dos camponeses, ao tempo do trabalho estabelecido pelo relógio, Thompson (1998) define que, para o primeiro modelo, trabalho e vida estão interligados e as tarefas são orientadas a partir de três questões:

Primeiro, a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre “o trabalho” e a “vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados- o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa - e não há grande senso de conflito entre trabalho (Thompson, 1998, p. 271).

¹² Depoimento do Sr. Salvador José da Silva, 15 de agosto de 2023.

Figura 4: Manejo da Leucena



Fonte: Acervo pessoal, 2021

Além das relações de trabalho praticadas no interior dessas comunidades, podemos perceber a existência de um modelo econômico sustentável e solidário permeando a sobrevivência desses povos. Trata-se de uma autogestão centrada na pessoa mais velha que tem como norte as práticas, costumes e tradições dos seus antepassados. O manejo da terra, dos animais e as relações entre as pessoas são caracterizadas pelo princípio da coletividade.

A dinâmica organizativa do trabalho em relação ao manejo da mandioca é um exemplo de trabalho comunitário e de autogestão da força de trabalho e dos recursos em Lagoa do Garrote. Existe uma autogestão que possibilita na época da colheita todas as famílias se juntarem em mutirão até que a produção de todas elas seja colhida. O espaço para o manejo da mandioca, a produção da farinha e da tapioca é coletivo, chamado casa de farinha. Apenas uma ou duas pessoas possuem casa de farinha, em razão da necessidade de uma grande infraestrutura para instalar esse tipo de empreendimento. Desse modo, as pessoas da comunidade que adquirem esse tipo de estrutura compartilham com as demais por meio de uma espécie de rodízio do uso da casa de farinha. O Sr. Salvador José da Silva nos explica um pouco como esse processo acontece:

A raspagem da mandioca é assim, os homens trocam dia e as mulheres eram as responsáveis para raspar a mandioca e tiram o seu beiju, a tapioca. As raspagens são feitas em uma casa de farinha só, aí quando um terminava era que o outro poderia começar é sempre um ajudando o outro na troca de dias.

(Informação verbal).¹³

Figura 5: Casa de Farinha



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

O testemunho da Sra. Valdenir Creôncio da Silva nos oferece mais detalhes sobre a divisão do trabalho entre homens e mulheres no trato da mandioca. Segundo a Sra. Valdenir é tarefa das mulheres mobilizarem as vizinhas para a raspagem da mandioca, “A gente tem o costume assim, as vizinhas a gente chamava para tirar um beiju cada uma que ajudava tinha sua vasilha para tirar seu beiju.”¹⁴ Na divisão do trabalho entre homens e mulheres, a troca de dias é feita pelos homens no traquejo com as roças, as plantações e os reservatórios de água. As mulheres cuidam do quintal, da raspagem da mandioca, na catação da mamona. É importante destacar que os produtos dos quintais são comercializados em feiras agroecológicas, tornando-se uma fonte de renda para essas mulheres, que dividem com os homens o sustento familiar. Assim relata a Sra. Valdenir Creôncio da Silva:

A gente leva tudo que consegue no quintal é o pimentão, coentro, couve, pimenta, os ovos, galinha, macaxeira e a gente escolheu uma pessoa pra ir toda sexta fazer essa venda a pessoa vende e depois parte o dinheiro, deixa algum dinheiro para ajudar na passagem é assim uma coisa que estamos trabalhando coletivo. É o limão, mamão, maracujá do mato e tem dado muito certo tudo desenvolvido. Está começando agora chamada pública por parte da prefeitura e do estado para vender para merenda escolar (informação verbal).¹⁵

Neste aspecto, percebe-se um alinhamento dessas práticas com a agricultura familiar,

¹³ Depoimento do Sr. Salvador José da Silva, 15 de agosto de 2023.

¹⁴ Depoimento da Sr. Valdenir Creôncio da Silva, 13 de agosto de 2023.

¹⁵ Depoimento da Sr. Valdenir Creôncio da Silva, 13 de agosto de 2023.

modelo agrícola que tem uma relação harmônica entre o homem e a natureza, um modelo reconhecido somente em 2006, com a lei da agricultura familiar. No seu relato, o Sr. Salvador José da Silva¹⁶ detalha como é realizada a aquisição de alguns alimentos que não são produzidos na comunidade, segundo ele, “os animais são criados soltos, mata uma criação coloca na dispensa e as outras vende pra fazer o resto da feira, vende na própria comunidade.” Essa atividade coloca os sujeitos do campo como protagonistas, onde eles mesmos trabalham e gerenciam a sua produção beneficiando-se direta e mutuamente, trata-se de um modelo de agricultura comum aos povos tradicionais do campo. Assim, corrobora Cardoso; Altafin:

A agricultura familiar emerge, portanto, do modelo camponês que possui como algumas características básicas de seu conceito clássico: acesso a terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; auto subsistência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros (Cardoso, 1987, p. 56; apud Altafin, 2007, p.2).

É importante destacar que essas práticas agroecológicas e sustentáveis foram transmitidas às novas gerações ao longo do tempo, por seus antepassados, e que hoje estão sendo reconhecidas e empoderando essas mesmas comunidades, porque as práticas tradicionais reconhecidas como leis garantem o acesso das políticas públicas aos povos tradicionais de fundo e fecho de pasto. Estes povos constituem uma rede de saberes, tradições e costumes que contribuem para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

2 O PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO TERRITORIAL DE FUNDO DE PASTO NA COMUNIDADE LAGOA DO GARROTE

Neste capítulo, serão abordados os antecedentes que levaram as pessoas da comunidade a se mobilizarem e organizarem, na busca por garantia de seus direitos e na busca pela implementação de iniciativas governamentais que atendessem os interesses da comunidade.

¹⁶ Depoimento do Sr. Salvador José da Silva, 15 de agosto de 2023.

Destaca-se o fortalecimento do associativismo, por meio da criação da Associação local. Assim como analisaremos o processo de reivindicação do reconhecimento oficial e certificação de Lagoa do Garrote enquanto comunidade tradicional de fundo de pasto juntamente aos órgãos estaduais competentes.

2.1 Alguns antecedentes ao processo de organização política em Lagoa do Garrote em torno da luta por direitos

O processo de formação da comunidade Lagoa do Garrote se deu no contexto sociopolítico dos anos da Ditadura Militar brasileira, pois o primeiro acesso às terras a serem ocupadas naquela área aconteceu no ano de 1961, mas a efetiva ocupação pelos seus moradores vai se dá no início dos anos 1970. Por ser uma comunidade distante da sede do município de Remanso-BA, o acesso aos meios de comunicação era precário, poucas pessoas tinham um rádio em casa, o que dificultava o acesso à informação externa à comunidade, as pessoas que foram perguntadas não recordam os episódios deste processo, para Ronaldo Costa Couto:

No que se refere à maioria da população brasileira, pode-se dizer que prevaleceu a indiferença em relação à Ditadura Civil-Militar. Boa parte da população era pobre, carente, desinformada e não tinha noção do que estava acontecendo no país. A verdade é que essa massa aprovará entusiasticamente o governo Médici, auge da Ditadura. Tudo por causa do impacto favorável da aceleração do crescimento econômico sobre seu cotidiano, principalmente no que diz respeito ao emprego e à renda. Quem sentirá de fato o peso da Ditadura serão políticos, jornalistas, intelectuais, estudantes, entre outros. Essa mentalidade da população só irá mudar após a crise do modelo de crescimento acelerado em 1973 (Couto, 1999, p. 99).

Apesar da aparente indiferença da população pobre trabalhadora aos acontecimentos políticos no Brasil dos anos ditatoriais mencionada pelo autor, esse contexto histórico é de grande mobilização política das pessoas do campo em torno da luta por terra. As ligas camponesas emergidas nos anos de 1940, em decorrência da concentração de terras, e consequentemente da desigualdade social, reivindicavam reformas estruturais para garantir direitos aos trabalhadores. Durante o período de Ditadura Militar intensificaram-se as lutas pela reforma agrária e os trabalhadores rurais foram capazes de se organizarem e se fortalecerem, mesmo diante das repressões e violências impostas. O esforço e mobilização abalaram as estruturas estabelecidas pelo governo ditatorial e as elites latifundiárias. Para Mário Grynspar, tornou-se um problema central da época:

A questão agrária manteve, após o golpe, a condição de problema central. Pesaram também para isso recomendações do governo americano, preocupado

com a possibilidade de eclosão de processos revolucionários na América Latina, nos moldes do que ocorrera recentemente em Cuba. Para ele, as reformas agrárias representam mecanismos eficazes de controle e estabilidade social, uma vez que contribuía para a eliminação de fontes de conflitos e de revolta. Foram esse alguns dos elementos principais para que, ainda em 1964, no governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, fosse criado o Estatuto da Terra, lei que regia a implementação de uma reforma agrária no país.” (Grynspan, 2003, p. 321).

Neste sentido, o governo Castelo Branco assumiu a bandeira da reforma agrária, trazendo um outro discurso da luta pela terra. Para isso, desarticulou os movimentos, aprisionou e perseguiu líderes da liga camponesa, e propôs um novo modelo de reforma agrária, com a aprovação do Estatuto da Terra. Mesmo com o esvaziamento das instituições democráticas e os mecanismos para regular e disciplinar, de forma institucional, a questão agrária, as ligas camponesas foram um divisor de águas para aprovação do Estatuto da Terra, onde possibilitou uma identidade jurídica às categorias sociais e as redefiniu politicamente. Assim destaca Regina Bruno:

É o Estatuto, que vai fazer a relação entre o Estado e o sindicalismo na luta por terra. É ele que abre o diálogo - tenso, difícil e com lutas - entre os trabalhadores rurais e o Estado. Mas é também importante não esquecermos que, através do Estatuto, o Estado não só conferiu identidade jurídica às categorias sociais antes existentes, como as redefiniu politicamente. Ao torná-las legais, filtrou uma determinada concepção de reforma agrária e conceitualizou o que seria latifúndio, propriedade familiar, empresa rural, função social, desapropriação, tributação, etc., que desde suas origens já se encontravam permeados por uma dupla lógica (Bruno, 1995, p. 29).

Dito isso, na comunidade Lagoa do Garrote, as memórias do período remetem às dificuldades da época em relação ao acesso a direitos básicos, como saúde e educação. Assim também, a falta de água potável para o consumo humano era um problema que mobilizava as queixas sobre as condições de vida na comunidade à época da sua criação. Outra memória visitada é com relação às dificuldades ao acesso à cidade, em razão da ausência de estrada e falta de transporte. O acesso se dava por meio de estradas vicinais¹⁷, geralmente em péssimas condições de tráfego, com isso, a comunidade ficava praticamente isolada da cidade. O Sr. Salvador relata como fazia para fazer a compra de alimentos:

Naquele tempo era muito difícil pra ir para Remanso, só tinha uma rural que passava por aqui, e ficava muito caro, aí a gente preferia comprar por aqui mesmo, a Belinha negociante vinha comprar a mamona e a criação, e a gente com o dinheiro comprava fardo do arroz, do feijão e algumas bijuterias que

¹⁷ Que faz a ligação entre dois lugares, localidades ou povoações próximas: estrada, rodovia vicinal. VICINAL. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vicinal/>. Acesso em: 10/12/2023.

ela trazia da cidade. Às vezes demorava vim passava um ou dois meses mais ou menos, era o tempo que juntava muita mamona por isso a gente comprava as coisas de fardo, ela marcava um local e todo mundo ia fazer os negócios com ela (informação verbal).¹⁸

A dificuldade de acesso a estradas e meio de transporte também impactava a forma como as pessoas lidavam com a saúde, também moldava, de certa forma, a relação delas com as plantas para fins de cura às doenças do corpo. Os problemas de saúde eram tratados na própria comunidade, com remédios caseiros e medicinais oriundos das plantas da caatinga. Dificilmente as pessoas se deslocavam para a cidade com o intuito de fazer algum tipo de tratamento, devido à falta de transportes e de estradas em boas condições. As gestantes faziam os seus partos na própria comunidade, que eram realizados por mulheres que vinham de outras comunidades, as chamadas parteiras.

Os meios de transportes mais facilmente utilizados eram as carroças puxadas por burros, cavalos ou jumentos permitindo o deslocamento das pessoas, quando a situação do doente exigia locomoção. Além dos remédios caseiros, as pessoas recorriam às rezadeiras, às benzedeadas ou aos pais de santo de outras regiões em busca de curar uma doença. Nesse sentido, o Sr. Salvador José da Silva destaca:

As coisas sempre eram difícil para ir fazer consulta, a gente se cuidava por aqui mesmo, papai mesmo uma vez quebrou o braço correndo atrás do gado e nem foi para Remanso, foi encaixado aqui mesmo e amarrado com casca de angico, ligeirinho ficou bom. As mulheres também tinham filhos aqui mesmo quando sentia as dores, a gente ia atrás da parteira e trazia na garupa da sela. As crianças quando tinham uma dor de barriga, era só dar umburana de cheiro que ficavam boas, hoje em dia é que as pessoas qualquer coisinha vão pra Remanso. Tinha também as benzedeadas⁶ que rezava de quebrante, mau olhado e os meninos ficavam só com a reza. (informação verbal).¹⁹

O uso das plantas medicinais retoma a discussão sobre a relação de contato e harmonia destes povos com a natureza. São plantas do próprio bioma caatinga e dos quintais de casa aos quais as pessoas recorrem como substâncias curativas. Importante dizer que tais práticas não estão relacionadas apenas ao costume, elas são acionadas também por causa da dificuldade do acesso à saúde pública. O emprego terapêutico do uso das plantas medicinais, no cuidado da saúde, é uma prática herdada dos mais velhos e líderes religiosos, através dos conhecimentos transmitidos oralmente.

A comunidade não dispunha de escola. Os homens geralmente trabalhavam na roça com os pais, não sobrando tempo para se deslocarem a outras comunidades distantes para estudar.

¹⁸ Depoimento do Sr. Salvador José da Silva, 15 de agosto de 2023.

¹⁹ Depoimento do Sr. Salvador José da Silva, 15 de agosto de 2023.

As mulheres também tinham dificuldade por conta da segurança para se deslocarem, pois os percursos percorridos até a escola mais próxima às vezes era longo. As crianças ou jovens que tinham a oportunidade de estudar teriam de morar com familiares ou padrinhos em outras comunidades distantes vinte a trinta quilômetros, ou, então, na cidade, conforme relata a Sra. Valdenir:

Eu quando comecei a estudar era uma época difícil, tudo era difícil ter professora formada aí eu fui estudar na cidade na casa de minha tia, meu pai não tinha condição de alugar casa na cidade. Só foi eu da família por conta que era mais desenvolvida, os outros era mais rude como diz a história e fiquei estudei até a quinta série. Com a idade de 14 anos aí nessa época os pais era muito rígido, já mocinha para ter cuidado acompanhar mais de perto, aí eu voltei para casa e fiquei uns 2 anos parada aí depois surgiu uma escola na Salina e fiquei andando com meus irmãos também, mas por conta que a professora viu o meu desenvolvimento, aí arrumou uma escola porque ela trabalhava com um multisseriado⁹ Aí ela dividiu uma sala com os meninos do ABC primeiro para me dar aula. Chamava-se escola de professoras leigas, dava para eu desenrolar e desenvolver o trabalho. Depois que o tempo parou, fiquei um bom tempo de novo em casa, depois as professoras foram embora da comunidade, ficaram os meninos sem escola e aí falaram se eu não podia também dar aula, que os meninos bem mais atrasados aí eu consegui voltar pra sala de aula (informação verbal).²⁰

Este relato da Sra. Valdenir nos mostra as situações precárias em todos os aspectos relacionados à oferta da educação. Além das dificuldades com o deslocamento, por falta de escolas próximas da comunidade, a população sofria com a falta de professores formados, merenda escolar etc. No entanto, essa realidade era comum à própria realidade educacional brasileira à época, sobretudo nas zonas interioranas e rurais. Para Cavalcante, 2011:

[...] A educação brasileira se desenvolveu de forma alheia à realidade rural e agrícola do Brasil. Assim, a educação do meio rural foi silenciada por mais de quatro séculos e quando aparece no ordenamento jurídico brasileiro se vincula a uma concepção salvacionista ou compensatória da educação, voltada aos interesses da elite e não como um instrumento de emancipação dos camponeses (Cavalcante, 2011, p. 02).

As escolas eram organizadas em comunidades centralizadas, por isso os moradores da Lagoa do Garrote teriam que se deslocar para a localidade de Salina, onde se situava a única escola mais próxima. Destaca-se também, o empenho das próprias pessoas dessas comunidades para dar continuidade à educação das crianças e jovens, como era o papel desenvolvido pelas professoras leigas nas escolas. Essas professoras eram mulheres da própria comunidade que não obtinham título para exercer o magistério, mas obtinham uma formação básica. O Sr. Anselmo

²⁰ Depoimento da Sr. Valdenir Creôncio da Silva, 13 de agosto de 2023.

Ribeiro da Silva recorda que passou por várias escolas que funcionavam através do trabalho das professoras leigas, na última escola frequentada, ele foi aluno da Sra. Valdenir, conforme o mesmo relatou:

Foi muito sofrido por parte da educação andando a pé daqui a 18 km que era lá nos poços, depois passei para Salina com a professora Valdenir, sofrido também, a gente ia a merenda era na mão ela botava um leite na palma da mão e três bolachas na outra, era merenda que nós tinha. Hoje tem tudo carro na porta, merenda boa e muitos não aproveitam. Comecei a estudar com 8 a 9 anos de idade, meu pai colocou na escola para aprender a assinar o nome e foi isso que consegui fazer aprendi fazer meu nome aí sair da escola (informação verbal).²¹

Como já foi mencionado, além desses problemas sociais, a comunidade sofria com a falta de água potável e também para o consumo dos animais na época de estiagem. Pois a comunidade localiza-se na região situada na área sequeira e que convive com períodos chuvosos irregulares, uma característica da região do sertão do São Francisco. A água que abastecia a comunidade era a dos barreiros escavados de forma braçal, utilizada para o consumo humano e também dos animais. Porém, essa água, apesar de ser utilizada por muito tempo, não era água potável, o que causava, com frequência, doenças como diarreias dentre outras. Os reservatórios que guardavam a água não eram suficientes para perdurarem todo o período de estiagem, na maioria das vezes, duradouro. Com isso, a comunidade sofria tanto por falta de água, como também por falta de reservatórios para armazenar maior volume de água da chuva. Por isso, a necessidade da comunidade acessar as políticas públicas e tecnologias sociais de convivência com o semiárido, principalmente, para fazer o uso racional da água potável. Nesse sentido, uma tecnologia social que ganhou força nos anos 1990 foi a cisterna de placa²², mas a aquisição custava um valor inviável para os agricultores, necessitando de mobilização para que se tornasse política pública.

2.2 O processo de criação da Associação Comunitária Agropastoril dos Pequenos Produtores de Lagoa do Garrote e Arredores

²¹ Depoimento do Sr. Ancelmo Ribeiro da Silva, 16 de junho de 2023.

²² São reservatórios onde se armazena água da chuva para o consumo humano. São feitas de cimentos de forma cilíndrica, e com isso a população tem água durante a estiagem. Tendo como objetivo a mobilização da sociedade civil por meio de mecanismos que garantam participação ampla de todos os atores envolvidos na sua gestão e execução, esse projeto é pautado por gestão compartilhada. A disseminação de cisternas na região visa possibilitar que o acesso à água se estenda às pessoas que habitam o Semiárido brasileiro de modo irrestrito, rompendo com uma lógica secular de dependência do povo em relação à elite e substituindo a visão de combate à seca por uma visão de convivência com o clima, aspectos geofísicos e ciclos do semiárido brasileiro. CISTERNAS. In: DICIO, DicionárioOnline de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cisternas/>. Acesso em: 10/12/2023.

É no contexto de enfrentamento das dificuldades, a exemplo daquelas relacionadas ao acesso à água potável, em Lagoa do Garrote, que surgem as mobilizações e o associativismo dentro da comunidade. Diante do descaso, da falta de políticas públicas que atendessem às suas necessidades básicas, as pessoas foram percebendo que o jeito de viver coletivo, o uso comum de suas terras e as relações coletivas para o trabalho são elementos que somam forças na busca de melhorias para a comunidade.

Estes espaços tornaram-se também locais de resistências, de lutas por direitos fundamentais, muitas vezes negados pelo Estado e a sociedade envolvente, que invisibilizam esses povos e constrói um discurso de lugar atrasado para definir tais comunidades. As primeiras mobilizações em torno de uma organização política em Lagoa do Garrote se deram por meio do envolvimento dos moradores com o movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), um movimento da igreja católica afinado com as questões sociais. O movimento das CEBs surgiu no interior de uma ala progressista da igreja católica no momento em que essa instituição buscava renovar a sua atuação na América Latina, entre final dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando vários países latino-americanos encontravam-se sob regimes políticos ditatoriais.²³ Além de denunciar as injustiças sociais, os religiosos organizavam e estruturavam as comunidades, consolidando-se em torno de uma rede de comunidades. Esta organização eclesial atuava na formação de lideranças, instruindo pessoas para prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da Ditadura Militar, no Brasil. Assim, foram surgindo várias lideranças e movimentos reivindicatórios que discutiam os problemas sociais e a busca de soluções para enfrentá-los.

Também nos anos 1970 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), um organismo civil criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) voltado às questões agrárias do país.²⁴ De forma tímida, as pessoas da comunidade Lagoa do Garrote, buscavam se

²³ Movimentos pastorais como CEBs, CIMI e CPT são oriundos da reconfiguração da atuação da Igreja católica na América Latina, após o Concílio Vaticano II, com a emergência da *Teologia da Libertação*. Segundo João Gabriel Ascenso (2021, p. 84): “De Medellín, surgiram as bases do que viria a ser conhecido como Teologia da Libertação, a partir da publicação, pelo padre peruano Gustavo Gutiérrez, do livro *A Teologia da Libertação*, em 1971. Os sacerdotes e leigos ligados a essa corrente teológica defendiam a “opção preferencial pelos pobres”. Muitos encontros foram celebrados em diversas cidades latino-americanas nesse contexto: em Melgar, na Colômbia, em abril de 1968; em San Antonio de los Altos, na Venezuela, em setembro de 1969; em Xicotepec, no México, em janeiro de 1970. O mais famoso desses encontros, no entanto, foi o 1º Encontro de Pastoral de Missões no Alto Amazonas, em Iquitos, no Peru, reunindo missionários do Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela.

²⁴ Antônio Silva, faz um breve contexto do surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Brasil: A luta camponesa não subordinada ao Estado se desenvolve na década de 1970, sob os auspícios da Igreja Católica, através das Comissões Pastorais da Terra. O movimento no campo mantém-se, neste período, com base nesta colaboração fundamental da Igreja, enquanto os sindicatos rurais são utilizados pelo governo como agências paraestatais. As formulações da Igreja acerca da terra, cujo registro fundamental são os conceitos de "terra de

envolver nas mobilizações promovidas pelas CEBs da paróquia do município. Isso, porque, os encontros eram feitos em outras comunidades, com maior número de pessoas e mais centralizadas. A Sra. Valdenir se constituiu como uma liderança no processo de mobilização da comunidade à participação das atividades das CEBs na região, sendo voz ativa nas reuniões e processos formativos promovidos pelo Movimento, estimulando mais gente a participar e incentivando as pessoas a fundar uma comunidade na própria Lagoa do Garrote. O diálogo com as outras comunidades, a parceria com outras animadoras e o pároco, deu base para amadurecer o plano organizativo de atuação das CEBs da comunidade Lagoa do Garrote. Este processo iniciou-se de forma tímida, tiveram que enfrentar vários desafios, mas não faltou coragem para dar continuidade à fundação da comunidade eclesial de base, assim relata a Sra. Valdenir:

Em 1985 eu fui convidada para participar da comunidade lá na Zabana com a Neusa, que ela também tinha vontade de criar uma comunidade mas só que lá a localidade era muito isolada e o povo tinha dificuldade de ir, ainda teve uma missa em 1986 aí lá eu falei com o padre que tinha vontade de criar uma comunidade e tudo aí ele me indicou que eu ficasse participando no Belo-Ar que lá já existia também uma comunidade a animadora era a Genita e aí eu comecei a conversar com ela, aí nós combinamos um domingo o povo da Lagoa do Garrote ia visitar a Comunidade do Belo-Ar no outro domingo eles vinha para cá, foi muito animado né que a gente se combinava muito as duas localidade né formava um bom grupo e tinha muito jovem tinha muitas brincadeiras foi muito participativo e aí depois a Genita foi embora do Belo-Ar aí eu fiquei aqui mesmo fazendo meus encontros aqui e nunca deixei né, e aí fui me engajando fui participando já das Reunião da paróquia fui engajando também no grupo político do PT e do sindicato e eu gostava mesmo de participar, recebi a visita também aqui na comunidade de seminaristas que vinham de fora que queriam conhecer as comunidades do interior do município recebi várias pessoas que me ajudaram muito nessa questão de da participação dos encontros da comunidade, tinha vez que ficava pessoas aqui, eu recebia a visita passava uma semana aqui, enquanto isso a gente fazia caminhada nas casas marcava os encontros e ali ia juntando o povo e iam se interessando né, crescendo mais a comunidade e até os dias de hoje (informação verbal).²⁵

A partir do engajamento nas atividades das CEBs, as pessoas da comunidade lideradas

trabalho" e de "terra de exploração", que tratam da disparidade que a utilização da terra apresenta na realidade: a "terra de trabalho" pertence ao trabalhador do campo, o camponês, o parceiro, o posseiro, que a utilizam para dela extrair o seu sustento e o de sua família; a "terra de exploração", pertence ao latifundiário que dela se utiliza como reserva de valor, como terra de pasto etc., preocupado com o lucro e não com a sobrevivência dos que nela habitam. Via CPT, o fio que tece a luta pela reforma agrária é mantido. Segmentos da Igreja Católica, inspirados na teologia da libertação, unificam Marx e Cristo: a justiça divina, mediatizada pelo cristianismo, aproxima-se do marxismo que informa as formas de exploração sob o capitalismo. Esta mística marxista-cristã permite aos religiosos comprometidos com a reforma agrária pronunciarem-se em favor desta e interferirem na organização do movimento camponês, fomentando-o onde parecia extinto. O mesmo sonho de justiça, aqui na terra, que unificou os camponeses de então, em torno da organização política das Ligas Camponesas, reativa a sua luta sob a égide das CPT (Câmara, 2014).

²⁵ Depoimento da Sr. Valdeni Creôncio da Silva, 13 de agosto de 2023.

por Valdenir começaram as mobilizações em busca de benefícios para a comunidade. Sentiram a necessidade de correr atrás de seus direitos, como saúde e educação de qualidade, para isso precisavam de representações, visibilidade e um apoio para abertura do diálogo com o poder público. Nesse sentido, as lideranças das CEBs, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os agentes de pastorais da paróquia tiveram papel importante na formação de lideranças locais para, assim, pressionarem os órgãos do Estado para atenderem as necessidades da Comunidade.

Com o trabalho mobilizador das CEBs, a formação das lideranças e o engajamento delas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso (STR) e outras entidades, como Serviços de Assessoria às Organizações Populares Rurais (SASOP), Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e Rede de Mulheres percebeu-se a necessidade de criar uma organização civil, sem fins lucrativos, que representasse oficialmente os interesses da Comunidade. Nesse processo é que foi criada a *Associação Comunitária Agropastoril dos Pequenos Produtores de Lagoa do Garrote e Arredores* (ACAPLGA). Com a palavra, a Sra. Valdenir:

A gente sentiu a necessidade de se organizar em grupo para fortalecimento da comunidade, e a forma melhor que a gente achou era fundar uma associação como a gente já fazia parte da diretoria do sindicato, a gente buscou parceria para nos ajudar a fundar associação no sentido de se organizar e ficar mais fácil conseguir algum projeto pra gente ter até mais força para reivindicar nossos direitos. Com a união é mais forte do que uma pessoa só. Sempre o sindicato ajudou nessa parte, com as comunidades que queriam fundar uma associação. De princípio era pra gente se organizar, diante da necessidade de uma organização mais ampla. Primeiro nós fizemos várias reuniões falando do assunto, da importância do grupo organizado, depois marcamos uma assembleia com as pessoas que fundaram a associação, foi escolhida a diretoria. (informação verbal).²⁶

Houve, então, a necessidade de incluir a vizinhança da comunidade, visto que a experiência organizativa da comunidade atraía outras pessoas que iam se inserindo dentro desse processo de associativismo. Por isso, a denominação Lagoa do Garrote e arredores, pessoas de comunidades bem mais antigas passaram a ser sócios da mencionada associação, fortalecendo o associativismo em todo o entorno. Para Leonello 2010, essa forma de organização se caracteriza:

Pelas reivindicações civis, pelas práticas localizadas e temporais, o associativismo é um canal de participação na esfera pública, que envolve as dimensões políticas e socioeconômicas para alcance da melhoria da qualidade de vida e da defesa da cidadania. O associativismo caracteriza-se pelo sentimento de solidariedade, de necessidade de associação, de convivência, de

²⁶ Depoimento da Sr. Valdeni Creôncio da Silva, 13 de agosto de 2023.

troca e atua localmente, procurando estabelecer uma relação com a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade com mais dignidade e para fortalecer as identidades. Uma associação é uma sociedade civil que não possui fins lucrativos, onde os indivíduos se organizam para atender aos seus interesses de forma democrática. Ela existe porque os associados possuem um objetivo comum e trabalham em grupo para a realização desse objetivo (Leonello, 2010, p. 40).

De acordo com a Ata da Associação Comunitária Agropastoril dos Pequenos Produtores de Lagoa do Garrote e Arredores (1998), a organização foi fundada em 22 de agosto de 1998, depois de muitas reuniões assessoradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso. O primeiro encaminhamento da associação consistiu na reivindicação e luta por água potável, por meio da construção das cisternas de placas para cada família. Na assembleia de criação foram eleitos doze representantes: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e os seus suplentes. Foram associados 22 sócios, sendo uma pessoa de cada núcleo familiar, ou seja, 22 famílias estavam inseridas diretamente na associação (Ata de criação da Associação Agropastoril dos Pequenos produtores de Lagoa do Garrote e Arredores realizada em 22 de agosto de 1988. Livro 50, p. 1).

Pelo reconhecimento aos anos de liderança local como animadora da CEBs e também diretora sindical, a Sra. Valdenir foi a primeira presidente eleita pelos sócios da ACAPLGA. Sobre esse tipo de organização, Leonello (2010, p. 43) afirma que “não é somente uma organização de pessoas com objetivos comuns, mas, sim, uma organização mais complexa com objetivos de caráter social, desempenhando importantes funções por meio de estatutos e regimentos.” Assim, na mesma Assembleia os sócios elaboraram um Estatuto, que foi reformulado em 2022, com os seguintes objetivos: contribuir para o desenvolvimento social e econômico da comunidade; estimular a melhoria da produção agropecuária dos associados. O intuito era viabilizar maiores retornos com consequente melhoria da condição de vida da comunidade dotando-a dos meios necessários, no espírito da solidariedade, ao uso conveniente dos recursos naturais da região (Estatuto Social. Associação Comunitária Agropastoril dos Pequenos Produtores de Lagoa do Garrote e Arredores, 2022). Nesse sentido, Leonello corrobora afirmando que:

Especificamente em relação às associações de pequenos produtores, observamos que o uso de práticas solidárias, isto é, o agrupamento de produtores com interesses comuns, tendo como finalidade resolver os seus problemas, quer sejam de produção, comercialização ou de serviços, viabilizando a sustentação de suas propriedades, superando entraves produtivos e logísticos, de forma coletiva, representa uma importante opção estratégica capaz de transformar ou modificar uma realidade, ou mesmo, proporcionar aos diferentes atores sociais, meios para se adaptarem a essa

realidade (Leonello, 2010, p. 40).

Figura 6: Reunião da Comunidade



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Atualmente, a associação se reúne uma vez por mês para prestação de contas, organizar estratégias e planejar suas ações, contando com 32 sócios efetivos (ACAPLGA, 2023). A Sra. Valdenir narrou que os primeiros tempos de vigência da associação foram de muitas incertezas e cobranças dos membros da comunidade. Apesar de toda uma mobilização e conscientização sobre associativismo, muitas pessoas não entendiam o processo burocrático que dificultava a chegada de melhorias para comunidade. Por isso, aquele momento foi um processo lento de esperar e também de muita formação interna com o intuito de promover conscientização política na comunidade, de convencimento à luta pelas melhorias desejadas. Assim a Sra. Valdenir segue relatando:

Houve um fortalecimento...ficou um tempo que o povo ficou muito disperso e eu sempre tentando segurar, tendo aquela expectativa que lá adiante ia mudar alguma coisa, que vinha algum projeto. foi difícil, foi demorado, mais com um tempo, a gente conseguiu. Quando veio as cisternas veio para as associações e aí já começou a se beneficiar, porque muita gente até desistiu porque era aquele interesse de já ser beneficiado de repente e não é assim, foi bem demorado, foram chegando as coisas aos poucos, até porque naquela época era os políticos da direita, não dava muita oportunidade para os trabalhadores... mas a gente tinha sempre a expectativa que iria melhorar e melhorou, hoje a gente tem as cisternas da primeira água, de produção, depois trator (informação verbal).²⁷

²⁷ Depoimento da Sr. Valdeni Creôncio da Silva, 13 de agosto de 2023.

As condições de vida melhoraram a partir das articulações políticas da Associação. A prefeitura foi construindo cisternas por meio de sorteio, as pessoas que tinham mais crianças em casa e idosos eram as primeiras beneficiadas. A associação era responsável por fazer o levantamento e indicar as pessoas a serem beneficiadas pelas cisternas. No entanto, havia a necessidade de um programa amplo que abrangesse todas as famílias, essa não era uma urgência apenas para Lagoa do Garrote, mas para todo o semiárido brasileiro. No início dos anos 2000 houve um empenho da sociedade civil organizada em pressionar o governo federal a criar uma política pública nacional de água potável para as populações rurais do semiárido. A partir disso, o problema de água potável começou a ser enfrentado como política estatal, em 2001, o governo federal deu o pontapé à criação do *Programa Um Milhão de Cisternas*:

Uma das principais políticas públicas relacionadas à convivência com o Semiárido é o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que tem como objetivo construir cisternas para captação de água da chuva em comunidades rurais da região. Esse programa foi criado em 2001 pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Em 2003, o P1MC é incorporado ao Programa Cisternas, que busca garantir o acesso à água para consumo humano e para produção de alimentos, além de contribuir para a geração de renda nas comunidades rurais (Santos, 2023, p. 23).

Atualmente, a comunidade luta para adquirir cisternas de produção, que consiste em uma tecnologia de captação de água maior do que a de consumo. Já existe um programa executado por algumas entidades, mas apenas 20% dos sócios foram beneficiados. A saúde ainda é vista como precária, as pessoas precisam se deslocar para a cidade para fazer consultas simples, pois não há Unidade Básica de Saúde na comunidade e nem nas localidades próximas. O único serviço de saúde que é ofertado na comunidade são as visitas domiciliares feitas pela Agente Comunitária de saúde (ACs).

Também o acesso à educação se mantém como um problema a ser resolvido. Nos anos 2000, a prefeitura instalou uma sala de aula, de forma precária, na casa da própria presidente da associação, o espaço funcionava de forma multisseriada, atendendo alunos da comunidade e de várias regiões próximas. Apesar da comunidade seguir sem dispor de uma escola, hoje, as crianças e jovens estudantes dispõem de transporte escolar para se deslocarem à escola mais próxima que fica a 8km de distância de Lagoa do Garrote.

Portanto, a organização política da comunidade foi fundamental para que ela concentrasse força e legitimidade para reivindicar as pautas que considerava importantes à melhoria de vida dos moradores, pois a capacidade organizativa em uma associação possibilitou à comunidade o acesso a várias políticas públicas. Além disso, a existência da

Associação foi importante ao processo de conscientização política dos moradores, através das formações e parcerias com as entidades que prestam assessoria rural, no sentido de uma melhor convivência com o semiárido.

Figura 7: Assessoria Técnica



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

2.3 Reconhecimento legal do território tradicional fundo de pasto

Com a participação e inserção da comunidade Lagoa do Garrote nas CEBs e posterior criação da Associação criou-se, dentro da comunidade, uma consciência coletiva de busca por direitos para melhoria da qualidade de vida. O desenvolvimnto dessa consciência comum lembra o que observou Thompson quando afirma que: “esse habitus ou campo de ação e possibilidade, em que os direitos sabiam coexistir e brigar (...) reproduzia uma tradição oral, uma consciência costumeira, nas quais os direitos eram reivindicados como “nossos” e não como meu ou seus” (1998, p. 145).

O processo de conscientização para a organização da comunidade para reivindicar direitos, se deu paralelo a outro, o da consciência de que os seus costumes e o modo tradicional de viver precisavam ser preservados, visibilizados, sobretudo para que o Estado pudesse garantir políticas públicas direcionadas à sua realidade.

A prática costumeira ensinada pelos mais velhos e herdada pelos mais novos dentro da comunidade, é própria do modo de vida dos povos de fundo de pasto. Percebe-se, desde a sua origem, o comportamento, saberes e modos de vida peculiares que caracterizam como povos

tradicionais de fundo de pasto. Além disso, se caracteriza pela relação harmoniosa, ou seja, sustentável, de respeito às pastagens aos animais e todo o meio ambiente. Para Oliveira:

A discussão dos termos *povos tradicionais* e *comunidades tradicionais* tem como momento decisivo o final da década de 1970 e o início da década de 1980. No plano internacional, o Brasil assinou, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada em 1992 – também conhecida como ECO-92 –, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), a qual propunha medidas para assegurar a conservação da biodiversidade e seu uso sustentável. Esses termos surgem através de dois campos: o ambiental, onde essas expressões aparecem no debate internacional sobre as políticas de preservação e conservação ambiental relacionadas a temas como biodiversidade e desenvolvimento sustentável e o segundo campo, no qual esses termos ganharam visibilidade, que é o das lutas pelo reconhecimento dos direitos culturais e territoriais dos múltiplos grupos indígenas ou autóctones (Oliveira, 2014, p.20).

Figura 8: O Fundo de Pasto



Fonte: Acervo Pessoal, 2023

Nesse sentido, a comunidade Lagoa do Garrote era uma comunidade com características de fundo de pasto, mas aquela comunidade apesar de toda uma formação política proporcionada pelas entidades parceiras e realizadas pelas próprias lideranças locais, não se entendia como comunidade tradicional e nem mesmo sabia o que era fundo de pasto. Segundo Valdenir, que passou muito tempo como presidente da associação e até hoje é animadora da comunidade:

Sempre a gente já participava de algumas reuniões e falavam de fundo de pasto, só que quando a gente falava algumas pessoas tinham medo que iriam era tomar as terras e deixa que é para garantir as terras, mas depois de muita

conversa e muita reunião que vieram entender fez o mapeamento da comunidade como se fosse a propriedade toda o que tinha o que sobrava aí que foi que veio entender as próprias tradições e a necessidade da legitimidade (Informação Verbal).²⁸

Se reconhecer e autodeclarar povo tradicional naquela comunidade foi um processo que só fez sentido para aquele povo a partir da ameaça do *marco temporal* instituído pelo governo do Estado da Bahia, por meio da Lei 12.910, de 11 de outubro de 2013. É importante destacar que cada família possui título individual de suas terras, são áreas usadas para ocupação dos seus núcleos familiares e o roçado com o cultivo dos seus alimentos. A luta pela certificação da terra tradicional trata-se das áreas abertas aos fundos das residências que são coletivas.

Dito isso, o marco temporal colocou a comunidade diante de uma discussão sobre se perceber como povos tradicionais que, a partir de suas vivências vão definindo sua própria compreensão de tradicional. Ou seja, não é o Estado que delimita o tempo de autoreconhecimento, mas sim, os próprios povos a partir de suas dinâmicas de vida e dos seus interesses. Assim, “a construção da identidade se faz no interior de contextos dos agentes sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas” (Cuche, 1999, p. 182).

São vários os instrumentos jurídicos que garantem os direitos dos povos tradicionais, muitas vezes, desconhecidos por esses próprios povos. Por isso, várias entidades trabalham no sentido de mobilizar as pessoas a pressionarem o Estado para criar leis que garantam esses direitos, ou até mesmo revogar leis que acabam restringindo os direitos desses povos. A Constituição Federal de 1988, no art.225, de forma não muito clara incluiu a garantia do direito às populações tradicionais determinando que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Já a Constituição da Bahia de 1989, no art. 178, reconheceu o direito real da concessão de uso por meio de título definitivo às comunidades de fundo e fecho de pasto.

Art. 178 - Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições.

Parágrafo único - No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade

²⁸ Depoimento da Sr. Valdeni Creôncio da Silva, 13 de agosto de 2023.

do Estado, vedada a este transferência do domínio (Bahia, 1989).

Outro marco importante foi a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, lançada em 07 de fevereiro de 2007, por meio do Decreto nº 6.040. Dessa forma, essa nova política definiu os termos comunidades tradicionais e territórios. Ficando assim denominados:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Territórios são os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (Brasil, 2007).

Esses avanços jurídicos, deram base legal para que os povos pudessem avançar na luta pela regularização desses territórios por meio da certificação do reconhecimento dessas comunidades com contrato de concessão de direito real de uso. Assim, diante do apelo popular, reivindicações de diversas entidades e a Articulação Estadual de Fundo de Pasto (AEFP), foi sancionada, no dia 11 de outubro de 2013, a lei estadual do Estado da Bahia nº 12.910 que regularizava as ocupações de terras rurais e devolutas estaduais pelos remanescentes quilombolas e por comunidades de fundos de pastos e fechos de pastos.

A publicação da lei no diário oficial do estado da Bahia parecia representar, até então, uma conquista popular pela garantia da terra, do sistema produtivo e das suas dinâmicas sociais próprias. No entanto, a lei dava um passo atrás, ao invés de conceder o título de domínio, ela garantia apenas um contrato de concessão de uso por tempo determinado. Além disso, determinou o marco temporal para que as associações pudessem protocolar junto ao Estado o pedido de certificação:

Art. 3º - O contrato de concessão de direito real de uso da área será celebrado por instrumento público com associação comunitária, integrada por todos os seus reais ocupantes, e gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.

§ 1º - O contrato terá duração de 90 (noventa) anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

§ 2º - Os contratos de concessão de direito real de uso de que trata esta Lei serão celebrados com as associações que protocolizem os pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária, nos órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2018.

§ 3º - Nos casos de comprovação de desvio de finalidade na utilização da área concedida, nos termos dos incisos I, II e IV do art. 2º desta Lei, por meio de regular processo administrativo, operar-se-á a resolução do contrato, com retorno do bem à posse do Estado da Bahia, com acessões e benfeitorias existentes e sem necessidade de nova notificação.

§ 4º - Na hipótese descrita no parágrafo anterior, será devida indenização pelas acessões e benfeitorias, necessárias e úteis, erigidas exclusivamente durante o tempo de real duração, sem, porém, reconhecimento do direito de retenção à concessionária ou a seus associados (BAHIA, 2013, *grifo nosso*).

A partir da situação exposta, começa-se então novas mobilizações das entidades parceiras e, principalmente da Articulação Estadual de Fundo de Pasto (AEFP), no sentido de elaborar duas estratégias de resistência aos imperativos da lei 12.910. A primeira era questionar a legalidade da lei na justiça; em segundo lugar, a estratégia era mobilizar o máximo de comunidades espalhadas no Estado alertando para o prazo determinado para o pedido de certificação, pois muitas comunidades ficavam alheias a tais normativas.

Segundo Agostinho Pereira da Silva, técnico do IRPAA que assessorou o processo de certificação de Lagoa do Garrote (em andamento), “o primeiro momento foi mobilizar as lideranças das comunidades, pois o assunto era muito complexo e de difícil entendimento por parte das comunidades”²⁹. Vale dizer que, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) desempenha importante papel de assessoramento junto as comunidades tradicionais de fundo de pasto nos seus processos de regularização e certificação territorial. Para Oliveira:

O IRPAA, enquanto entidade de apoio, vem junto com a Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto contribuindo com a organização das comunidades no sentido de atentarem sobre as determinações da lei, bem como para outras ameaças impostas e que atendem a interesses econômicos e políticos por parte de governos e grupos empresariais brasileiros e estrangeiros. Ao mesmo tempo, dialoga sobre a territorialidade, através de mobilizações e constantes formações. O público principal destas formações são comunidades com características de Fundos de Pasto, mas que não estão na relação de comunidades regularizadas ou com processo iniciado, mapeadas pela CDA ou que não solicitaram a certificação junto a Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI (Oliveira, 2014, p. 24).

Lagoa do Garrote se insere nesse contexto, ela foi uma das comunidades mobilizadas por correr o risco de perder o prazo, como de fato ocorreu. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso (STR) havia iniciado o processo, mas esbarrou na burocracia para entrar com o pedido de protocolo em tempo, devido a uma série de documentação que a comunidade precisava apresentar, desse modo, Lagoa do Garrote perdeu o prazo de tempo estipulado pela

²⁹ Depoimento do Sr. Agostinho Pereira, 29 de outubro de 2023.

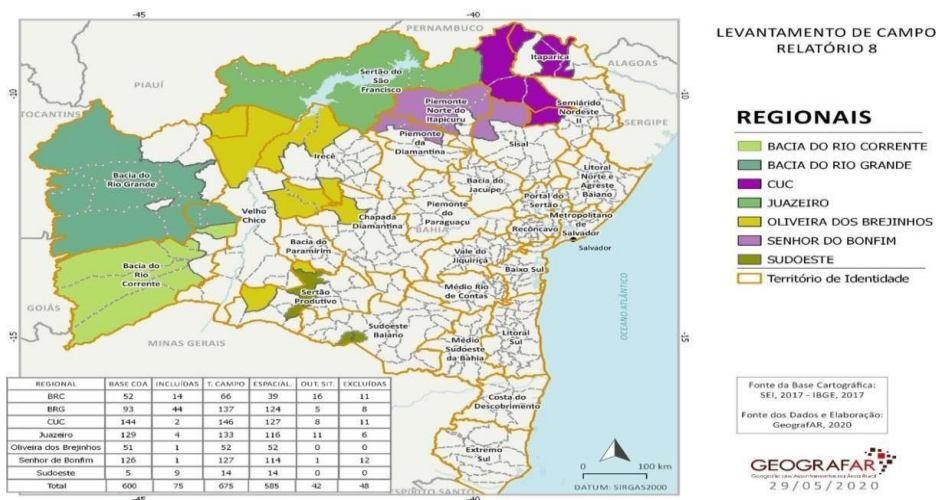
lei, que era até 2018. Mesmo com o prazo esgotado, em 2019, o IRPAA assessorou a comunidade na preparação da documentação, na expectativa de uma decisão favorável da justiça ao caso. Segundo o testemunho de Valdenir:

O IRPAA assessorou nesse processo, e o sindicato e a CPT fazia mobilizações, muitas parcerias, mais o povo tinha medo...eu mesmo aqui tinha medo do povo pensar que iriam tomar as terras...aí depois, com essa boa conversa, a gente fez uma lista, todo mundo aceitou e aí depois o governo mandou fazer a medição da terra para reconhecimento. Ainda não temos a certificação, estamos enviando ofício para pressionar, agora mesmo o governo lançou um programa minha casa minha vida e está precisando desse certificado, mas ainda não temos, aí foi feito umas inscrições e nesse primeiro passo o governo quer que seja beneficiado essas comunidades de fundo de pasto pra você ver as vantagens da organização, quanto mais organizada mais chances de adquirir os projetos (Informação verbal)³⁰.

Consta no relatório de 2020 disponível na página do grupo de pesquisa GeografAR, da UFBA, que o município de Remanso possui 7 comunidades certificadas como tradicionais de fundo de pasto, outras 3 em processo de certificação. No entanto, a comunidade Lagoa do Garrote não se encontra incluída neste relatório. Como dissemos anteriormente, somente em 2019, com o auxílio de um técnico IRPAA, é que Lagoa do Garrote deu início ao processo para a sua certificação junto ao governo do Estado, por isso não foram encontrados registros do andamento do processo relacionado à Lagoa do Garrote à época da coleta de dados pelo GeografAR para a elaboração do relatório publicado em 2020.

³⁰ Depoimento da Sr. Valdeni Creôncio da Silva, 13 de agosto de 2023.

Figura 9: Mapa da Bahia: Territórios de Identidade e Regionais do Mapeamento



Fonte: GeografAR, 2020.

Atualmente, a comunidade Lagoa do Garrote está na fase de abertura de matrícula em nome do Estado da Bahia junto ao cartório de notas para, em seguida, elaborar o *Contrato de Concessão de Direito de Uso*. Outra conquista celebrada pela comunidade foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 06/09/2023, invalidando o marco temporal para o reconhecimento de territórios de comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto, na Bahia, tornando, assim, inconstitucional, o parágrafo 2º do artigo 3º da Lei estadual 12.910/2013. A comunidade segue pressionando o Estado, através do envio de ofícios, para que este agilize o processo de certificação do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se preocupou em fazer uma análise sobre o processo de desenvolvimento do povoamento da comunidade Lagoa do Garrote. Trazendo para a discussão as características particulares da região e dos povos tradicionais de fundo de pasto. Conforme acompanhamos no capítulo um, a coletividade é a base para as relações de trabalho, familiares e associativistas. E que, são os costumes e tradições transmitidos entre as gerações que permeiam todas as atividades funcionando como princípio irrenunciável nas decisões da comunidade.

Nesse processo, pudemos conhecer as práticas de uso comum da terra, as relações harmônicas com o meio ambiente e a vizinhança. Reafirma-se que, o fundo de pasto é uma terra tradicional de relações recíprocas das pessoas e dos animais que fazem o uso coletivo do pasto. É, também, um espaço de práticas sustentáveis da economia solidária, sendo um paradigma de relações de trabalho e economia de subsistência e sustentabilidade.

Os relatos das experiências de vidas que foram realizados e agora documentados neste estudo, é uma iniciativa que visa dar visibilidade a estes povos, muitas vezes ignorados pela academia e principalmente pelo o Estado. Como vimos no segundo capítulo, a comunidade até hoje enfrenta um longo processo burocrático, por parte do Estado, a fim de ser reconhecida e certificada como território tradicional de fundo de pasto.

Deste modo, há muita coisa ainda por fazer, mas o sentimento e dever de dar visibilidade e reconhecimento da territorialidade e identidade do fundo de pasto são a motivação para esperar novas pesquisas, que permitirão ampliar o estudo sobre os processos de resistência e de luta por direitos, em Lagoa do Garrote. Portanto, espera-se que o trabalho contribua e inspire outras pessoas a pesquisarem sobre os povos tradicionais de fundo de pasto possibilitando ampliar o número de pesquisas sobre o tema. Assim como esperamos que, este seja o ponto inicial e não final do trabalho ora apresentado. Esperamos retomar as pontas soltas, que são próprias de um estudo embrionário e com pouco tempo para ser realizado, mas, especialmente, retomar a trajetória histórica de Lagoa do Garrote esperando dar ao trabalho o desfecho do seu, enfim, reconhecimento oficial enquanto comunidade tradicional de fundo de pasto.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara. Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar. 2007. Disponível em: < <https://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2023.

ASCENSO, João Gabriel da Silva. “Como uma revoada de pássaros”: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), 2021.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGROPASTORIL DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LAGOA DO GARROTE E ARREDORES. Lagoa do garrote. Ata da reunião realizada no dia 22 de agosto de 1998. Livro 50, p. 1.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html. Acesso em: 01 de Nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República. Brasília, 2007.

BRASIL. Estado da Bahia. Lei nº 12.910, de 2013. Dispõe sobre regularização das ocupações de terras rurais e devolutas estaduais pelos remanescentes quilombolas e por comunidades de fundos de pastos e fechos de pastos. Diário Oficial do Estado da Bahia, Poder Executivo, Salvador, 11 de outubro de 2013.

BENITES, Tônico. A escola na ótica dos Ava Kaiowá: Impactos e interpretações indígenas. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, 2009.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. Estudos Sociedade e Agricultura, v.5, nov.1995.p.531. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/articloe/viewFile/80/76> Acesso em 10 de dezembro de 2023.

CAMARA, Antônio Silva. A atualidade da Reforma Agrária: de Canudos aos Sem-terra. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/03camara.html>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

CARRARA, Ângelo Alves. 2011. “Paisagens de um grande sertão: a margem esquerda do Médio São Francisco nos séculos XVIII a XX”. *Ciência & Trópico*, v. 29, n. 1: 61-124. Disponível em: < <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/751>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

COUTO, Ronaldo Costa. História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil 1964-1985. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DIAS, Simone Conceição Soares. O PASTOREIO COMUNITÁRIO EM LAGE DAS AROEIRAS: Trabalho, sociabilidades, desafios – 1970 a 2007. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico), Universidade do Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2014.

DIEGUES, A. C. Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. 2000.

ESTATUTO SOCIAL. Associação Agropastoril dos Pequenos Produtores de Lagoa do Garrote e Arredores. Apodi, BA. 1998.

ESTATUTO SOCIAL. Associação Agropastoril dos Pequenos Produtores de Lagoa do Garrote e Arredores. Apodi, BA. 1998.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. “Donos do lugar”: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. Tese (Doutorado) em Geografia. Programa de PósGraduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

GEOGRAFAR – Grupo de Pesquisa GeografAR – Relatório Final- CNPq/UFBA. Banco de Dados do Projeto Geografar, Mapeamento das Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto (CFFP) no estado da Bahia, 2020.

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. FERREIRA, Jorge, 2003.

LEONELLO, J. C. O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária. Tese de Doutorado em Serviço Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010. 147 p. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/ServicoSocial/leonello.pdf> Acesso em 19 outubro. 2023.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder* : conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. 2.ed. Niterói: Eduff, 2008.

OLIVEIRA, Diego Albuquerque. A IMPORTÂNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO: ESTUDO DE CASO EM TESTA BRANCA NO MUNICÍPIO DE UAUÁ-BA. 2014. 52 f. Monografia apresentada ao DTCS da Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2014.

SANTOS, Elisabete O. C; FARFÁN, Sílver J. A; Estudo das Potencialidades Econômicas do Território Sertão do São Francisco. Juazeiro/BA: Gráfica Franciscana, 2008.

SILVA, Ancelmo Ribeiro da. Entrevista realizada por Alessandro em 16 de junho de 2023, na comunidade Lagoa do Garrote.

SILVA, Cândido José da. Entrevista realizada por Alessandro em 13 de agosto de 2023, na comunidade Lagoa do Garrote.

SILVA, Juarez José da. Entrevista realizada por Alessandro em 14 de agosto de 2023, na comunidade Lagoa do Garrote.

SILVA, Salvador José da. Entrevista realizada por Alessandro em 15 de agosto de 2023, na comunidade Lagoa do Garrote.

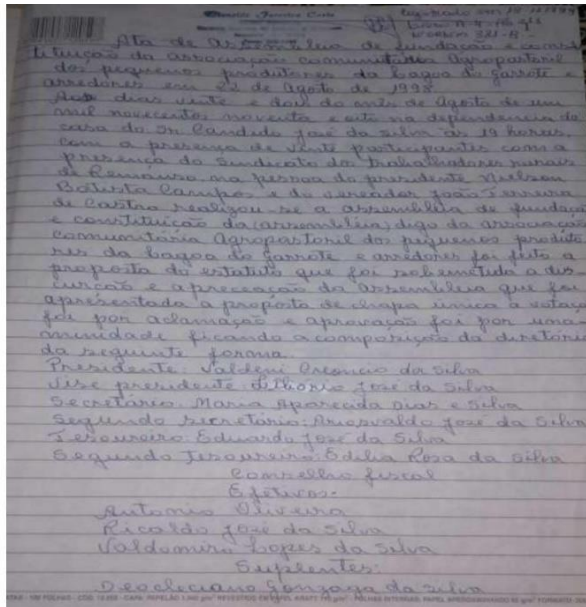
SILVA, Valdenir Creôncio da. Entrevista realizada por Alexsandro em 13 de agosto de 2023, na comunidade Lagoa do Garrote.

THOMPSON, E.P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

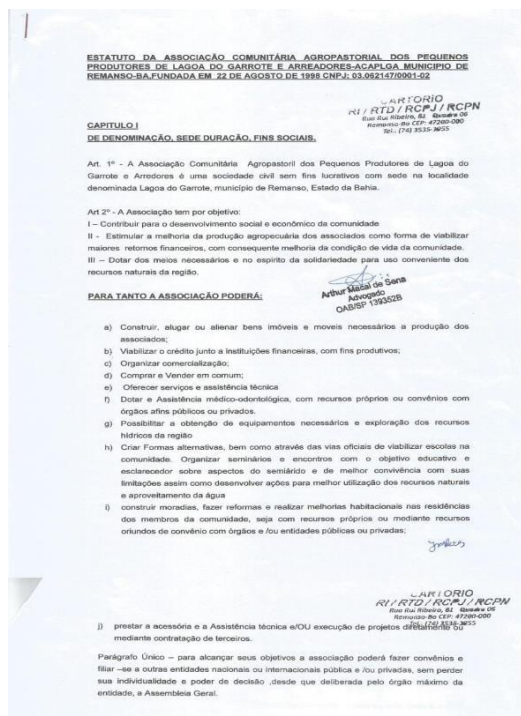
APÊNDICE

Figura 10: Ata de fundação da associação comunitária



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Figura 11: Estatuto Social da Associação



Fonte: Acervo pessoal, 2023.